

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 158/159/160

CURITIBA, TERÇA/QUINTA-FEIRA, EM 14/16 DE NOVEMBRO DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 12: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho (licenciado) - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni (licenciado) - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Edno Guimarães - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 01: Ricardo Maia; PSC - 01: Miltinho Pupio; SEM PARTIDO - 01: Antonio Carlos Belinati.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 118ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
14 DE NOVEMBRO DE 2000**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Caíto Quintana, secretariada pelos senhores deputados Hermas Brandão e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2194

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário

respeitosamente, REQUER dispensa de 3ª discussão e Redação Final para o Projeto de Lei nº 336/2000, item 05 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, que dispõe sobre a extinção do quadro de oficiais militares femininos (QOPM FEM), a qualificação de praças especiais femininas e de praças policiais femininas (PRAÇAS PM FEM).

Nestes termos pede deferimento, conforme disposto nos artigos 132 e 133 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.11.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoioamento:

José Maria Ferreira, Waldyr Pugliesi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Zuk e Ricardo Chab.

REQUERIMENTO Nº 2187

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a inversão total da Ordem do Dia da presente sessão ordinária.

Sala das Sessões, em 14.11.2000.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2183

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 14.11.2000.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 2176

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 367/99, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 14.11.2000.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 2197

Senhor Presidente.

Os deputados, que abaixo subscrevem, vêm à presença de Vossa Excelência, com o objetivo de solicitar as providências necessárias para a abertura das inscrições para o preenchimento da vaga de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, ocorrida com a aposentadoria do Conselheiro João Feder.

Sala das Sessões, em 14.11.2000.

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, BERALDIN, ANTONIO ANNIBELLI, MILTINHO PUPIO, AUGUSTINHO ZUCCHI, HERMAS

BRANDÃO, HERMES FONSECA, HIDEKAZU TAKAYAMA, EDNO GUIMARÃES, NELSON GARCIA, LUIZ ACCORSI, ADEMAR TRAIANO, RICARDO MAIA, ANTONIO CARLOS BELINATI, ORLANDO PESSUTI, CEZAR SILVESTRI, LUIZ CARLOS ZUK, NEREU MOURA, JOSÉ MARIA FERREIRA, PASTOR EDSON PRACZYK, RICARDO CHAB, LUIZ CARLOS MARTINS, ADEMIR BIER, WALDYR PUGLIESI, EDSON STRAPASSON, MARCOS ISFER, ALGACI TULIO, GERALDO CARTÁRIO, SERAFINA CARRILHO, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO, FERNANDO RIBAS CARLI, TONY GARCIA e uma ilegível.

REQUERIMENTO Nº 2179

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à família Ramos, sito à Vila Paraíso, com votos de profundo pesar pelo falecimento do senhor Cesário Ramos, do município de São João-PR.

Sala das Sessões, em 14.11.2000.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O falecimento do senhor Cesário Ramos, deixou consternada toda a população de São João. Há muitos anos no município, pai e avô exemplar, deixará em todos seus familiares, um sentimento de dor e saudade irreparável. A eles, deixa também como legado uma vida toda de correção, honestidade.

As pessoas que conviveram com o senhor Cesário Ramos, são testemunhas da sua benevolência, e da sua integridade, grangeando com isso uma legião de amigos e admiradores.

Por tudo isso, através deste parlamentar, a Assembleia Legislativa do Estado, cumpre o doloroso dever de se associar à dor e ao pesar recebidos pela família Ramos e a ela endereçar manifestação de votos de sentidas condolências e rogando a Deus para que a todos conforte e ampare.

REQUERIMENTO Nº 2186

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família enlutada de Abadia Terezinha Jacob, falecida em Curitiba, no Hospital de Clínicas, na data de 13/11/2000, a mesma foi ex-secretária de Educação do município de Guarapuava por duas gestões, exercia atualmente o cargo de professora e orientadora educacional no Colégio Estadual Francisco Carneiro Martins.

Sala das Sessões, em 14.11.2000.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

REQUERIMENTO Nº 2175

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao município de Almirante Tamandaré, pela comemoração de seus 111 anos.

Sala das Sessões, em 14.11.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O município de Almirante Tamandaré está comemorando seus 111 anos de fundação.

Seus nativos foram os índios Tinguís e seus desenvolvimento deu-se em função da exploração do ouro na região. Após o ciclo do ouro, foi o ciclo da atividade tropeira e o local passou a servir de apoio aos tropeiros passavam a fixar-se buscando o cultivo de terras permanentes, passando assim a surgir as povoações.

Almirante Tamandaré foi também elevado à categoria de sede de freguesia em 1888 e à categoria de Vila em 1889, tendo sido o último município pelo regime monárquico no Paraná, desmembrado do município de Curitiba. Sua denominação de Almirante Tamandaré ocorreu em 1890 em homenagem ao patrono da Marinha Brasileira.

Situado na região metropolitana de Curitiba, Almirante Tamandaré faz limite com as cidades vizinhas de Campo Magro, Rio Branco do Sul e Itaperuçu.

Com agricultura de cultivo, possui sua principal atividade baseada na atividade de extração mineral - atualmente com 20 indústrias de calcário e cal situadas junto à chamada Rodovia dos Minérios (que possui este nome devido a concentração desta atividade extrativa no local).

A cidade possui ainda duas fontes produtoras de água mineral que são engarrafadas e comercializadas, trazendo geração de renda para o município.

Almirante Tamandaré cresce a cada dia - fruto do trabalho incansável de seu povo. Desenvolve-se rapidamente, caminhando a passos rápidos em direção ao futuro promissor dos que lutam diariamente buscando melhorar sua qualidade de vida.

Ao município de Almirante Tamandaré, pela passagem e comemoração de seus gloriosos 111 anos, receba o prefeito e vice-prefeito municipais, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2177

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao município de Rio Negro, pela comemoração de seus 130 anos.

Sala das Sessões, em 14.11.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O município de Rio Negro comemorou seus 130 anos de fundação. Simultaneamente, comemora-se 171 anos de imigração alemã no município.

Rio Negro foi a primeira colonização do Paraná e a segunda colonização do Brasil (a primeira foi em Porto Alegre) Rio Negro era um pequeno povoado, no meio da mata, com o nome de “capela da Matta”, com 108 moradores. Os primeiros que chegaram ao local tiveram que derrubar a mata, destocar a terra e plantar e isso contribui para o desenvolvimento de Rio Negro.

Com seus 130 anos, é considerado Município Histórico do nosso Estado, e, no entanto, cresce dia-a-dia em direção ao futuro. desenvolve-se rapidamente - fruto do trabalho incansável de seu povo.

Ao município de Rio Negro, pela passagem e comemoração de seus gloriosos 130 anos, receba o prefeito e vice-prefeito municipais, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2178

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente com votos de congratulações as empresas “Cozinhas Maycon Ltda.” de Capitão Leônidas Marques e “Móveis Mayara” de Santa Lúcia, em nome do senhor Lauri Loures, pela extraordinária conquista do Certificado ISO 9002.

Sala das Sessões, em 14.11.2000.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A certidão ISO 9002, representa um avanço muito grande não só para os proprietários das empresas em questão, mas a toda a região Oeste do Paraná, onde elas estão localizadas. Fica demonstrado claramente que, com trabalho e dedicação é possível romper barreiras e evoluir buscando a aprimoração, oferecendo com isso um serviço de qualidade e quase perfeito ao público consumidor.

Nós que representamos a região na Assembléia Legislativa, ficamos deveras, entusiasmado com o avanço de qualidade que cada dia se verifica na indústria local.

São os nossos empresários que não se acomodam, não se omitem e investem pesado na melhoria de qualidade dos produtos sempre com o objetivo de satisfazer os interesses da clientela.

Não resta a menor dúvida que as empresas “Cozinhas Maycon Ltda e Móveis Mayra”, merecem a presente homenagem, tendo em vista o crescimento e preocupação de progredir sem se descuidar da qualidade. Por isso solicito aos meus colegas deputados que aprovelem o requerimento em análise.

REQUERIMENTO Nº 2182

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de congratulações a jornalista Melissa Bergonsi, alusivos ao recebimento do Prêmio “Jornalista Amigo da Criança”, da Agência de Notícias do Direito da Infância (ANDI), que ocorreu dia 07 de novembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência a homenageada, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Roberto Barrozo, 22, CEP 80530-120, Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 14.11.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2199-A

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de congratulações ao Jornal Folha do Paraná, pela comemoração de seus 52 anos.

Sala das Sessões, em 14.11.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O jornal Folha do Paraná comemorou, em data de ontem, seus 52 anos de fundação.

Fundado por João Milanez (que atualmente é Diretor Administrativo do Jornal), a Folha desde o início conquistou os paranaenses com seu estilo de jornalismo informativo e preciso.

Inicialmente, o jornal circulava em Londrina, onde possui sua matriz sempre no mesmo endereço e posteriormente passou a circular no Estado todo. Isso ocasionou a necessidade da abertura de sucursais. Em Curitiba, a sucursal foi aberta há aproximadamente 8 anos, inicialmente na Rua Augusto Severo e posteriormente na Rua Mauá (sede atual). Nesta época passou a denominar-se Folha do Paraná.

Atualmente o jornal circula em 488 localidades paranaenses e é distribuído ainda nos Estados do Mato Grosso e São Paulo (onde também possui uma sucursal).

Com cerca de 400 funcionários no seu total (contando as sucursais e distribuidoras) a Folha do Paraná, que circula diariamente, enfrentou neste período muitos desafios, sem nunca desistir de seus objetivos levar à nossa população, informações, serviços, reportagens do interesse de todos e, acima de tudo, o incentivo ao desenvolvimento da nosso Estado e do ser humano como cidadão.

O jornal firmou-se desde muito cedo como um veículo de comunicação respeitado e divulgado, pois com matérias de interesse de todos conquistou o Paraná, motivo de orgulho da sua equipe de trabalho, que luta diariamente, perseverando sempre diante dos obstáculos do dia a dia.

Mas, como tudo que é importante tem seu lugar de destaque, o jornal Folha do Paraná como um veículo de comunicação sério, imparcial e atuando sempre na defesa

dos legítimos interesses da população, desponta como um dos mais importantes do nosso Paraná.

Como imprensa aberta ao povo, é solidário ao sofrimento dos humildes, alertador dos desequilíbrios sociais, estimulador do desenvolvimento econômico, divulgador dos nossos recursos e belezas naturais, corajoso na condenação das injustiças, da impunidade e do favoritismo.

Ao jornal Folha do Paraná, à toda a sua equipe de trabalho, ao seu corpo diretivo, através de seu superintendente doutor José Eduardo de Andrade Vieira (Rua Mauá, 1133 - Curitiba), pela comemoração de 52 anos de circulação deste veículo de comunicação, receba os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2188

Senhor Presidente.

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa, REQUER à Mesa seja oficiado ao presidente do Conselho Curador do Banco da Terra, em Brasília, senhor José Max de Araújo Bezerra, solicitando daquele Conselho atendimento ao pedido formulado pela Secretaria Estadual da Agricultura no sentido de manter o valor máximo de financiamento na ordem de R\$40.000,00 (quarenta mil reais).

Cabe salientar que o governo federal não está aprovando recursos para o Estado do Paraná, no programa Banco da Terra, em valores suficientes para atendimento ao programa neste Estado.

O programa Banco da Terra é parceria entre o governo estadual e o governo federal para financiar a compra de imóvel rural, incluídos os custos da documentação de transferência da propriedade e investimento em infra-estrutura básica, assim considerada a construção ou a reforma de residência, disponibilização de água para consumo humano e animal, abertura ou recuperação de acessos internos, construção ou reforma de cercas, demarcação de parceria e investimentos coletivos para estruturação básica do imóvel.

Contudo, as últimas determinações do governo federal não estão levando em consideração o valor da terra no Paraná e pretende liberar recursos, por família, na ordem de R\$21.000,00 (vinte e um mil reais), quantia insuficiente para a manutenção do programa no Paraná.

A Secretaria da Agricultura do Paraná está gerenciando junto ao Conselho Curador do Banco da Terra no sentido de manter o limite de crédito em R\$40.000,00 (quarenta mil reais) por beneficiário, observado que a aprovação da proposta de financiamento fica condicionada à apresentação de projeto que demonstre a necessidade da benfeitoria a ser financiada, bem como a viabilidade técnica e financeira da atividade agropecuária a ser explorada.

O financiamento pode abranger até 100% dos valores previstos para a aquisição do imóvel, das benfeitorias existentes e dos investimentos em infra-estrutura.

O prazo de pagamento é até 20 (vinte) anos, incluídos três anos de carência, de acordo com a capacidade de pagamento evidenciada no estudo técnico.

A garantia é a hipoteca ou alienação fiduciária do imóvel financiado. Os beneficiários não podem vender as terras e as respectivas benfeitorias enquanto não quitarem o financiamento, salvo para outro beneficiário que preencha os requisitos do programa com anuência do executor do programa.

São beneficiários do programa trabalhadores rurais não proprietários, preferencialmente assalariados, parceiros, posseiros e arrendatários que comprovem, no mínimo, cinco anos de experiência na atividade agropecuária; agricultores proprietários de imóveis cuja área não alcance a dimensão da propriedade familiar (módulo rural), assim definida no inciso II do artigo 4º, da Lei nº 4.504, de 30.11.64 e seja, comprovadamente insuficiente para gerar renda capaz de lhes propiciar o próprio sustento e o de suas famílias.

No plano nacional foi criado o Conselho Curador do Banco da Terra para coordenar as atividades do programa Banco da Terra de forma a garantir a efetiva participação descentralizada dos Estados e Municípios.

No plano estadual será criada a Câmara Setorial do Programa Banco da Terra, vinculada ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e da Política Agrícola e a Unidade Técnica.

Os candidatos devem estar organizados em grupos informais, associações ou cooperativas, preencher uma Carta Consulta em modelo, com a identificação dos seus dados que os caracterizam como beneficiários potenciais e se possível com a identificação do imóvel a ser adquirido.

Diante da importância do programa, é fundamental o Conselho Curador do Banco da Terra rever a posição de reduzir os recursos para o Paraná, pois da forma como vem entendendo aquele órgão, o programa ficará inviabilizado neste estado, cujas terras altamente produtivas possuem preço de mercado alto.

Sala das Sessões, em 14.11.2000.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 2191

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo senhor Juan Ramon Aviles, Mui Digno diretor-presidente da Telepar Brasil Telecon, solicitando a inclusão no cronograma de 2001, da ampliação da Central telefônica no município de Cafelândia.

Sala das Sessões, em 14.11.2000.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

Temos recebido inúmeros pedidos de moradores de Cafelândia, no sentido de gestionarmos junto à Telepar Brasil Telecom, a urgente ampliação da central telefônica daquela cidade, tendo em vista a necessidade de se melhor prover a comunidade com este importante meio de comunicação.

Vale salientar que atualmente existe uma extensa lista de pessoas inscritas para a obtenção de um terminal, cujo benefício é aguardado com grande expectativa, havendo em alguns casos interessados que há mais de cinco anos se cadastraram, conforme afirma através do Ofício nº 195/2000, o segundo-secretário da câmara municipal, Vereador Valdir Andrade da Silva, legítimo representante daquela municipalidade que, assim como este parlamentar, tem sido cobrado pela população, para que se empenhe junto à empresa na busca de um breve atendimento ao justo apelo dos cafelandenses.

REQUERIMENTO Nº 2192

Senhor Presidente.

O deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo senhor Cássio Taniguchi - DD. prefeito municipal de Curitiba, solicitando providências quanto ao funcionamento da feira de automóveis usados localizada no trevo da entrada da Vila Esperança - Atuba.

Sala das Sessões, em 14.11.2000.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

Os moradores do loteamento denominado Planta Tabajara, localizado na Estrada da Ribeira, 1.392 - Atuba, solicitam através de abaixo-assinado a providências quanto ao funcionamento da feira de automóveis usados, que ocorre todos os domingos, trazendo sérios transtornos aos moradores que estão sendo desrespeitados em seu direito de ir e vir.

Face ao exposto, solicito apoio dos nobres Pares, visando encaminhar, através de ofício, o presente ao senhor Cássio Taniguchi - DD. Prefeito Municipal de Curitiba - Palácio 29 de Março - 2º andar - Centro Cívico - CEP.: 80.530-908 - Curitiba-PR, a fim de que seja analisada a solicitação dos moradores.

REQUERIMENTO Nº 2193

Senhor Presidente.

O deputado Ricardo Chab, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo senhor José Tavares - DD. secretário de Estado da Segurança Pública, com cópia para o Excelentíssimo senhor José Cid Campello Filho - DD. Chefe da Casa Civil, solicitando policiamento ostensivo na Vila Isabel - Portão

e um módulo policial nas proximidades do Posto Vilinha, visando propiciar mais segurança e tranqüilidade aos moradores, comerciantes, profissionais da região, que vivem em pânico frequentemente devido aos constantes assaltos.

Sala das Sessões, em 14.11.2000.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

Comerciantes e moradores da Vila Isabel, Portão, próximos à Avenida Presidente Arthur da Silva Bernardes reclamam do aumento de assaltos aos lojistas e moradores.

Em anexo, abaixo-assinado de moradores, condôminos, comerciantes, profissionais, solicitando um módulo policial e policiamento ostensivo, visando propiciar a toda comunidade condições adequadas de segurança e tranqüilidade.

Face ao exposto, solicito apoio dos nobres pares, visando encaminhar através de expediente, o presente ao senhor José Tavares - DD. secretário de Estado da Segurança Pública.

REQUERIMENTO Nº 2152

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e depois de ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER, envio de expediente ao Excelentíssimo senhor doutor José Tavares da Silva, Digníssimo secretário de Estado da Segurança Pública do Paraná, solicitando informações sobre o número de servidores públicos efetivos, na ativa, da Polícia Civil e seus respectivos vencimentos atualizados por classe, das seguintes carreiras, previstas na Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982: delegado de Polícia; investigador de Polícia, médico legista; perito criminal; químico legal, toxicologista; escrivão de Polícia; datiloscopista; técnico em Telecomunicações Policiais; técnico em Manutenção Policial; identificador datiloscópico; operador em Telecomunicações Policiais; auxiliar de Manutenção Policial; e auxiliar de Necropsia.

Requer ainda informações mais detalhadas sobre a carreira de delegado de Polícia, citando-se o número de delegados concursados e não concursados; os salários por nível de carreira e a lotação dos mesmos.

Justifica-se tal solicitação de informações para que esta Casa Legislativa conheça minuciosamente a realidade sobre a questão salarial da Polícia Civil do Estado do Paraná, que recentemente manifestou descontentamento com seus vencimentos, reivindicando melhorias salariais.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o regime desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.11.2000.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 2180

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Exce-lentíssimo Senhor Alcení Guerra, chefe da Casa Civil, solicitando cópia do decreto que fixou as atribuições dos cargos transformados pela Lei 12.946/2000 em Asses-sores Administrativos.

Sala das Sessões, em 14.11.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Para termos este processo esclarecido não só a este deputado, mas a todo o povo paranaense, espero ver o presente requerimento aprovado pelos senhores par-lamentares.

REQUERIMENTO Nº 2181

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Exce-lentíssimo senhor Ingo Hübert, secretário de Estado da Fazenda, solicitando cópia dos Empenhos nºs:

29000000900668-2,

29000000900669-0,

29000000900670-4,

29000000900671-2,

29000000900672-0, e

29000000900673-9, da dotação orçamentária 2902, Projeto 1027, elemento de despesa 3390.3940, fonte 00, que dão origem aos recursos financeiros para fazer face às despesas do Contrato de Prestação de Serviço entre o Estado do Paraná e o Consórcio liderado pelo Banco Fator S.A.

Sala das Sessões, em 14.11.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Segundo o Contrato de Prestação de Serviço entre o Estado do Paraná e o Consórcio liderado pelo Banco Fator S.A., os recursos financeiros para fazer face às despesas do mesmo seriam oriundos da dotação orça-mentária 2902, projeto 1027, elemento de despesa 33390.3904, fonte 00 e empenhos acima numerados.

O presente requerimento tem o intuito de esclare-cer à sociedade sobre o valor pago ao consórcio liderado pelo Banco Fator, responsável pela avaliação patrimonial e definição do preço mínimo de venda do Banestado, por-tanto, para termos este processo esclarecido, solicito a aprovação deste.

REQUERIMENTO Nº 2195

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER ouvido o douto Plenário, seja encaminhado nos termos legais e constitucionais, ao secretário de Estado do Desenvolvi-mento Urbano, e ao Paranacidade, e à Federação das

Associações de municípios do Paraná - Femupar, pedido de informações acerca de repasses financeiros e apoio técnico concedidos à Federação das Associações dos municípios do Paraná, por parte do Estado do Paraná através de suas Entidades da Administração Direta ou Indireta, e a qualquer título, especificando: o total de recursos repassados até 30 de outubro de 2000, com pla-nilha de repasse mensal no mesmo período, pessoal téc-nico alocado na Femupar; data de assinatura do convênio que viabilizou o(s) repasse(s); cópia de prestação de con-tas; cópia do convênio; cópia dos estatutos sociais da Femupar e ata da atual diretoria.

Sala das Sessões, em 14.11.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2198

Senhor Presidente.

Diante da divulgação pela imprensa de que estudos estão sendo efetuados pela Secretaria de Transportes com vistas ao aumento as tarifas de pedágio, os deputados que estes subscrevem no uso de suas atribuições legais e regi-mentais REQUEREM que seja enviado expediente abaixo referentes ao aumento de pedágio:

1 - Se os estudos referidos estão sendo efetuados;

2 - Se haverá realmente o referido aumento;

3 - Qual a data para o aumento das tarifas;

4 - Qual o percentual a ser aplicado sobre as tarifas vigentes.

Sala das Sessões, em 14.11.2000.

(aa) ALGACI TULIO

RICARDO CHAB

Apoiamento:

Luiz Fernandes da Silva Litro, Augustinho Zucchi, Tiago de Amorim Novaes, Cezar Silvestri, Anto-nio Carlos Belinati, Fernando Ribas Carli, Tony Garcia, Luiz Carlos Zuk, Geraldo Cartário, Basílio Zanusso, Beraldin, Serafina Carrilho, Pastor Edson Praczyk e Ricardo Maia.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 381/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a con-ceder auxílio moradia, sempre reajustado de acordo com os índices da inflação, a todos os servidores públicos integrantes dos Quadros das Polícias Civil e Militar na ativa que comprovem pagar aluguel ou financiamento da casa própria, no valor de R\$400,00 (quatrocentos reais) por mês por um prazo de 25 (vinte e cinco anos).

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a con-ceder auxílio transporte para todos os servidores públicos ativos integrantes dos Quadros das Policiais Cíveis e Mili-

tar, no prazo de 50 meses, no valor de R\$200,00 (duzentos reais) para financiamento de veículos próprios e particular por funcionários corporações citadas.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrários.

Sala das Sessões, em 14.11.2000.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Esta iniciativa de projeto de lei tem por objetivo reparar uma injustiça há anos enfrentada pelas corporações das Polícias Civil e Militar. No que se refere ao auxílio moradia deve-se ressaltar a urgência deste benefício. Não é justo e nem moral e tampouco recomendável que um servidor integrante dos quadros das Polícias Civil e Militar tenha como endereço de sua residência uma favela e/ou um local de "invasão", expondo a sua vida e da sua família em risco, além de poder ser corrompido pela promiscuidade que normalmente é produzida por algumas facções. Quanto ao auxílio transporte se faz necessário para evitar que um policial - seja ele Militar ou Civil, fique exposto com sua farda ou colete em ruas ou rodovias solicitando carona de terceiros, subjugando a sua autoridade e colocando em risco sua vida.

PROJETO DE LEI Nº 382/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - A Educação Especial se constitui em adequações curriculares no âmbito da escola comum, em todos os níveis de ensino, e atendimento especializado nos âmbitos de escolas especializadas e centros de atendimento especializado, com os respectivos recursos humanos, materiais, físicos e financeiros, destinadas às PNEEs - pessoas com necessidades educativas especiais: deficiências (visuais, auditivas, motoras, físicas, mentais, múltiplas), transtornos mentais (psicoses, autismos, esquizofrenias, neuroses, quadros emocionais), distúrbios de aprendizagem, dificuldades na aprendizagem, superdotação ou altas habilidades, e situações de hospitalização longas devidas a doenças graves.

Art. 2º - Ao Estado caberá a responsabilidade:

a) da manutenção da Educação Especial em todos os seus níveis, modalidades e programas, seja a desenvolvida nas instituições especializadas e Centros de Atendimento Especializados, seja nas escolas comuns, públicos e gratuitos, devendo ser de sua competência a organização, ampliação e implementação de seus recursos humanos, materiais, físicos e financeiros para atendimento da demanda, levantada através de censos educacionais realizados anualmente, bem como através dos Conselhos Escolares e respectivas equipes interdisciplinares.

b) pelo controle e acompanhamento e adequada aplicação dos recursos destinados à Educação Especial, com a participação dos Conselhos Escolares.

c) pela agilização do atendimento de demandas apontadas pelos censos educacionais e Conselhos Escolares subsidiados pelas equipes interdisciplinares de natureza pública, dos respectivos Centros de Atendimento Especializados, para a ampliação de ofertas de vagas e respectivos recursos humanos, materiais, físicos e financeiros.

d) da ampliação de vagas, exercida prioritariamente na rede pública de ensino de modo a suprir as necessidades da comunidade.

e) pelo transporte gratuito adequado PNEE, tanto para seu acesso à escola quanto para os atendimentos clínicos concernentes, com cobertura também para um acompanhante quando comprovada a necessidade, através de parecer da equipe interdisciplinar pública, garantindo o transporte intermunicipal e interestadual, quando necessário, até que se ofereçam os serviços especializados naquela localidade;

f) de garantir aos pais ou responsáveis dispensa de parte da jornada de trabalho, para acompanhamento aos serviços especializados.

Art. 3º - As escolas especiais de iniciativa da comunidade, sem fins lucrativos, que tenham convênio com o Estado terão garantidas as suas prerrogativas legais de renovação dos convênios já existentes, ficando restrita a assinatura de novos convênios ou termos aditivos aos já existentes, para que se garanta a ampliação de vagas prioritariamente na rede pública.

Art. 4º - As escolas especiais públicas, as escolas especiais conveniadas, os Centros de Atendimento Especializados, públicos ou privados, bem como os centros de atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal, deverão ser responsabilizados pelo Estado a apresentar anualmente as listas de espera de alunos com necessidades educativas especiais que estejam aguardando vagas para atendimento escolar ou clínico, a fim de que o Estado implemente ações públicas para o atendimento dessa demanda.

§ 1º - As listas de espera deverão conter os seguintes dados da criança ou adolescente com necessidades educativas especiais: nome completo, filiação ou nome dos responsáveis, endereço completo com CEP, caracterização psicodiagnóstica ou clínica.

§ 2º - as renovações de convênios com as escolas especializadas de iniciativa da comunidade, ficarão condicionadas à entrega das listas de espera, além da prestação de contas pelas formas oficiais adotadas pela área pública.

Art. 5º - O atendimento destinado às PNEEs diversificar-se-á em programas prioritariamente públicos, que

objetivarão propiciar condições de desenvolvimento pessoal e social, contemplando:

I - Avaliação diagnóstica interdisciplinar, compreendendo as áreas pedagógicas, psicológica, fonoaudiológica, fisioterápica, neurológica, psiquiátrica, de terapia ocupacional e de serviço social, e outras, expressa através de parecer próprio encaminhado à família ou responsáveis e à instituição solicitante, e encaminhamento aos programas e serviços especializados que sejam necessários.

II - Atendimento interdisciplinar precoce e continuado, nas modalidades do inciso I deste artigo, adequado às características da PNEE:

a) pelo tempo que se fizer necessário a critério da equipe interdisciplinar responsável;

b) contemplando, além das áreas indicadas no inciso I deste artigo, outros atendimentos complementares quando o indicar o parecer da avaliação diagnóstica interdisciplinar;

c) prestando atendimento à família quando assim prescrever o parecer da avaliação diagnóstica interdisciplinar;

d) prestando orientação pedagógica às escolas.

III - Educação especializadas, em escola comum preferentemente, e em instituições educativas especializadas quando o indicar o parecer da avaliação diagnóstica interdisciplinar.

Parágrafo Único - Entende-se por instituições educativas especializadas, ou escolas especiais, as que mantiverem em seus quadros de alunos, prioritariamente pessoas com necessidade educativas especiais, com as adequações curriculares, físicas, materiais e de recursos humanos concernentes.

Art. 6º - As instituições educativas especializadas, ou escolas especiais, e as escolas comuns de todos os níveis existentes no sistema de ensino que inserirem PNEEs, para garantir o acesso e a permanência desses alunos, deverão apresentar as seguintes condições:

I - Composição de turmas, com formas de organização diversificadas, e número reduzido de alunos, de forma a atender o ritmo de aprendizagem dos alunos e possibilitar o atendimento pedagógico individualizado que o tipo de necessidade educativa requeira:

a) nas escolas comuns, da educação infantil, do Ensino Fundamental, e do Ensino Médio, as turmas que inserirem PNEEs deverão conter um máximo de 15 a 18 alunos, não excedendo dois casos de necessidade educativas especiais, com o recurso adicional de sala de recursos sob a responsabilidade de professor com formação específica em Educação Especial, seguindo-se a recomendação da equipe interdisciplinar responsável para delimitação do número de alunos, considerando as características das necessidades especiais apresentadas;

b) os professores das salas comuns deverão ter assegurada pelo sistema de ensino a capacitação prévia para a integração dos educandos com necessidades edu-

cativas especiais, conforme previsto pelo artigo 59, inciso III da LDB/96, e de acordo com o estipulado pelo inciso VII deste artigo;

c) nas instituições educativas especiais, a delimitação do número de alunos por turma seguirá a recomendação da equipe interdisciplinar responsável, considerando as características das necessidades especiais apresentadas.

II - Acompanhamento de profissionais com formação específica em Educação Especial assessorando as escolas comuns e escolas especiais nas adequações curriculares, com conteúdos socialmente significativos, vinculados à proposta curricular da Rede Pública de Ensino.

III - Acompanhamento especializado público e gratuito com os atendimentos clínicos concernentes, ofertados em horários alternados aos da escolarização, de forma a garantir sua continuidade.

IV - Processo contínuo de avaliação envolvendo todos os profissionais responsáveis, em caráter colegiado.

V - Equipes interdisciplinares, de natureza pública, alocadas em Centros de Atendimento Especializado, para:

a) atendimento direto aos alunos, e de suas famílias quando necessário;

b) para discussões sistemática com professores responsáveis pelos alunos com necessidade educativas especiais;

c) prestar atendimento e participar das discussões de um conjunto de escolas de um mesmo bairro;

d) realizar em conjunto com os censos educacionais anuais e os Conselhos Escolares respectivos levantamento da demanda de atendimento precoce e continuado e da escolarização de PNEEs de cada bairro, informando oficialmente e periodicamente ao Sistema Público de Ensino, mantendo agilidade e qualidade no trabalho desenvolvido.

VI - Estrutura de trabalho aos profissionais da escola com hora-atividade para estudos, planejamento, e preparo de materiais adequados às necessidades dos alunos, e política de capacitação de recursos humanos com garantia de formação continuada que lhes permita o acesso ao conhecimento científico atualizado.

VII - Atualização constante das propostas curriculares, com apoio financeiro e incentivos à pesquisa e extensão na área, através do entrosamento com Instituições do Ensino Superior, incorporando o avanço das produções científicas, preservando a autonomia das unidades escolares e garantindo um currículo mínimo, respeitadas as características das deficiências apresentadas.

VIII - Aplicação da rede física, adequações físicas e materiais que envolvam superação de barreiras arquitetônicas, infra-estrutura com turmas especiais, salas de recursos em escolas comuns com professores com formação específica materiais e equipamentos específicos, bibliotecas, em todas as escolas, definidos em discussão coletiva entre professores especializados, equipe interdis-

ciplinar responsável e equipe técnico-pedagógica e correspondentes Conselhos Escolares, procedimentos didáticos e adequações curriculares para cada área:

a) Deficiência visual - recursos tecnológicos, tais como, impressora Braille, DOS, VOX, Windows Masters, acervo bibliográfico em Braille, fitoteca, grupos de leitores, podendo esses recursos estarem disponibilizados nos Centros de Atendimento Especializado.

b) Deficiência auditiva - aparelhos de FM para ampliação de som nas escolas comuns que insiram pessoas com deficiência auditiva para acompanhamento dos conteúdos escolares; aparelhos de amplificação sonora individual; uso da Libras (Língua Brasileira de Sinais), com garantia de intérpretes, simultaneamente à Língua Portuguesa; e correção diferenciada de trabalhos dissertativos, dando relevância ao aspecto semântico, sobre o aspecto formal de mensagem; utilização de formas de que garantam a superação de espaços restritivos de comunicação e respeitem o enfoque bilíngüe gestual - oral.

c) Deficiência física - superação de barreiras arquitetônicas, com adequações de todos os espaços físicos utilizáveis pelos alunos que apresentem essa deficiência.

d) Deficiência mental, transtornos mentais, quadros emocionais e altas habilidades - considerando as características próprias desses alunos, levando em conta seu ritmo de aprendizagem, bem como os conteúdos e experiências significativas à sua formação.

IV - Formas de inserção com critérios que considerem os limites e possibilidades das PNEEs, evitando-se a adoção exclusiva do critério de nível cognitivo.

X - Encaminhamento dos alunos com necessidades educacionais especiais, de programas especializados (ofertados em turmas especiais nas escolas comuns, ou, em instituições educacionais especializados/escolas especiais), feitos com critérios e processos prioritariamente qualitativos, garantidos por formas de avaliação e acompanhamento continuados, no período antecedente ao encaminhamento de no mínimo 6 (seis) meses, objetivando aproximar as propostas curriculares de origem e de destino, invalidando-se quaisquer formas de avaliação classificatória.

Art. 7º - Adequações curriculares voltadas à garantia de acesso a permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais deverão ser implementadas, seja em instituições educacionais especializadas, seja em instituições educacionais comuns, em todos os níveis de ensino e modalidades:

I - Educação Infantil:

Educação Essencial de zero a seis anos, e Pré-Escolar de seis a sete anos.

II - Ensino Fundamental.

III - Orientação para o Trabalho, Qualificação Profissional a acompanhamento do aluno por um período de pelo menos 6 meses, sustentados por discussões sobre

a relação do homem com o mundo do trabalho, envolvendo:

a) a PNEE,

b) os profissionais responsáveis;

c) a família do aluno;

d) representantes das diversas categorias de trabalhadores da comunidade;

e) representantes das diversas entidades patronais.

IV - Instituições de caráter ocupacional, recreativo, cultural, artístico ou de manutenção quando for o caso, para PNEE crianças, jovens e adultas sem possibilidades de serem inseridas na escola comum e/ou no trabalho profissional.

V - Ensino Médio.

VII - Ensino Superior.

Parágrafo Único - Programas destinados à Orientação para o Trabalho e Qualificação Profissional das PNEEs, deverão assegurar o acesso sistemático ao conhecimento, com procedimentos didáticos, que prescindam da alfabetização quando necessário.

Art. 8º - O Sistema Público de Ensino deverá estabelecer critérios para definir a terminalidade específica e aceleração aludidas no inciso II do artigo 59 da LDB 9394/96, garantindo a inserção e a permanência da PNEE, seja em programas educacionais nas escolas comuns, seja em programas especializados, após análise pela equipe intersetorial correspondente, com o cuidado de garantir formas de certificações não estigmatizantes.

Art. 9º - Todos os profissionais da infância deverão ter na sua formação inicial disciplinas obrigatórias que abordem as necessidades educacionais especiais, bem como, todas as demais disciplinas desses currículos deverão abordar as questões referentes às PNEEs.

Art. 10 - As escolas especiais, públicas ou conveniadas, deverão reger-se pelos princípios de gestão democrática, como as demais escolas comuns públicas, com a composição de Conselhos Escolares constituídos com a participação da comunidade interna e externa, compreendendo seus profissionais, as famílias dos alunos, representantes da sociedade e os alunos, e estes sempre que possível participarão da eleição de seus dirigentes.

Art. 11 - Aos Conselhos Escolares caberá, no que tange à gestão financeira das instituições educacionais especiais, ou escolas especiais, e de escolas comuns, de todos os níveis, que insiram PNEEs, definir as prioridades das destinações dos recursos públicos garantidos pelo Estado.

Art. 12 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.11.2000.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

Esta projeto de lei visa estabelecer um novo enfoque no debate sobre a política de Educação inclusiva para o Estado do Paraná, viabilizando mais autonomia nas escolas, que deverão ser respaldadas por uma concepção de estado definida na formulação e garantia de financiamento de políticas públicas para o atendimento das pessoas com necessidades educativas especiais, através de um efetivo controle social da população através de gestão participativa, na garantia de acesso e permanência dos alunos diferentes.

Este projeto de lei é fruto dos estudos promovidos pelo Grupo de Trabalho de Educação Especial do Fórum Paranaense em defesa da escola Pública, gratuita e universal. Essas discussões ocorreram em sessões abertas ordinárias e extraordinárias, em diversos municípios deste Estado, de 1997 a 2000, incluindo a mais recente sessão realizada nos dias 24 e 25.10.2000 em Curitiba.

Portanto, solicito o apoio dos deputados para a aprovação deste projeto, a fim de estabelecer uma política de inclusão real, debatida com a sociedade civil organizada, com os profissionais da área, com os pais e com os próprios alunos especiais.

PROJETO DE LEI Nº 383/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a excluir as motocicletas da relação de veículos sujeitos ao pagamento de pedágios na rodovias do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões, em 14.11.2000.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O referido projeto tem como objetivo, beneficiar milhares de pessoas que utilizam as motocicletas para trafegar nas estradas do Paraná.

Levando-se em consideração o peso das motocicletas, vemos que:

As motocicletas de 450 cilindradas, que são a maioria nas estradas, pesam cerca de 156 quilos. As menores, de 125 cilindradas pesam cerca de 75 quilos, o que representa um peso insignificante no que diz respeito ao impacto que a mesma exerce sobre o solo, e mais sua área de contato com o solo é de cerca de 10 centímetros apenas, vale ainda saber que a motocicleta é um veículo de baixo consumo de combustível e considerando ainda que o uso desse tipo de veículo, além de representar economia de combustível, não causa, em razão do seu peso, danos a pavimentação das vias públicas, parece justo que mereçam uma atenção especial, pois não causando problemas de pavimentação, não justificaria a cobrança do pedágio.

Desta forma, esperamos o devido apoio e conseqüentemente aprovação a esta proposta de lei.

PROJETO DE LEI Nº 384/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública no âmbito do Estado do Paraná, a Associação dos Motoristas de Pitanga - Amopitan, com sede e foro no município de Pitanga.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões, em 14.11.2000.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora pretendemos declarar de Utilidade Pública, tem por finalidade atividades de caráter social, recreativa, cultural, desportiva, beneficente e religiosa. Pretende promover a união de todos os caminhoneiros, defendendo seus direitos e interesses e manter uma sede social para efeitos associativos.

Pelo exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares ao presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 385/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a Associação de Recuperação do Alcoolatra - A.R.A., com sede no município de Umuarama.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões, em 14.11.2000.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, com sede e foro na cidade de Umuarama, é constituída sob forma de sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado, filantrópica, sem fins lucrativos, que terá duração por tempo indeterminado, sem distinção de sexo, raça, cor, nacionalidade, política ou outra natureza.

A Associação de Recuperação do Alcoolatra, tem por finalidade a recuperação através de psicoterapia de grupo, de pessoas de ambos os sexos, dadas ao vício do alcoolismo, cooperar de forma harmoniosa (sem quaisquer remuneração pecuniária) com todas as organizações similares, que legalmente constituídas ou em fase de organização; organizar e manter departamento assistencial para recuperados, proporcionando-lhes readaptação junto a familiares e a sociedade.

A documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoioimento e conseqüente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 386/2000

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Fica acrescido o seguinte artigo ao Projeto de Lei nº 336/2000:

“Art. ... - Fica determinado que os 1ºs Tenentes PM - Músico, com curso superior na área musical e que tenham completado 35 (trinta e cinco) anos de serviço, passem para a Reserva Remunerada com os proventos de capitão.”

Sala das sessões, em 14.11.2000.

(a) NELSON JUSTUS

Apoioimento:

Hermas Brandão, Caíto Quintana, Basílio Zanusso, Ricardo Maia, Divanir Braz Palma e Luiz Fernandes da Silva Litro.

O. SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Senhor presidente, senhores deputados.

Ocupo esta tribuna da cidadania do Parlamento do Estado do Paraná para falar que pedi a inversão da Ordem do Dia de hoje para aprovarmos de imediato a mensagem do senhor governador Jaime Lerner, que dispõe sobre a extinção do quadro de oficiais militares femininos, a qualificação de praças especiais femininos e a qualificação de praças policiais femininos. Esta mensagem recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e do relator e presidente da minha comissão, da qual sou vice-presidente, de Segurança Pública da Assembléia Legislativa. E o deputado Ricardo Chab como eu, que vivemos e militamos como vive e milita o deputado Algaci Tulio, a crônica policial do Estado do Paraná sabemos o quão é importante, senhores, esta mensagem para estas mulheres que vestem a gloriosa farda da nossa gloriosa Polícia Militar do Estado do Paraná.

Quero também parabenizar o deputado Orlando Pessuti que pede a dispensa da Redação Final deste projeto porque é importante que elas já saiam daqui com a certeza de que a partir de hoje não haverá mais discriminação contra estas mulheres que representam o orgulho da Polícia Militar do Estado do Paraná. Meninas-moças, mulheres, esposas, mães e a mulher que embala um berço, tem o

direito de reger a humanidade. Se elas têm o direito de reger a humanidade, porque nasci do ventre de uma mulher, fui gerado, graças a Cristo, do ventre da mulher, e a mulher, hoje é sublime, tem que ser venerada, não espancada, não violentada, não tendo a constituição rasgada nas suas faces! Por isso que este Parlamento tem a obrigação soberana, acima de tudo soberana, de fazer com que não haja, a partir de hoje, discriminação alguma contra as mulheres que vestem esta farda amarela e que têm o mesmo direito do homem, e com a arma nas mãos, também defender o poder pátrio que é a família brasileira do Estado do Paraná! Direito todas elas têm de começar a sua carreira como soldado e através dos concursos chegar a ser uma coronel, uma capitã, uma tenente da Polícia Militar do Estado do Paraná! Elas têm o direito sim, têm o direito! Quem sabe se daqui saia uma coronel que venha a ser a futura comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná! Por que só os homens? Por que não as mulheres?

Sim, este projeto é soberano, deputado José Maria Ferreira, eu que admiro Vossa Excelência, que tenho aprendido muito com Vossa Excelência, aprendi muito ontem, naquela reunião, naquela sala, como Vossa Excelência e o deputado Orlando Pessuti, aprendi muito! Aprendi o que é a razão, o que é o bom senso, aprendi como é caminhar, não colocar a carroça na frente dos bois, com vagar, mas conseguir com a razão, o que é de direito é de direito! Aprendi com Vossa Excelência ontem.

Senhor presidente, passo a ocupar o Horário do PTB, para concluir.

Por isso é importante aprender, nesta Casa, por isso o governador Jaime Lerner aprendeu ontem, aprendeu este mês que a mulher da Polícia Militar não pode ser discriminada! Não poderá jamais, a partir de hoje, vestindo esta farda da gloriosa Polícia Militar do Estado do Paraná, ser discriminada! Por quê? Porque é uma mulher! Ora, a mulher enobrece gerações, viemos do ventre de uma mulher! A mulher é sagrada, a mulher é soberana! E não merece jamais seja ela negra, da cor de Aparecida, Padroeira do meu País, seja ela branca da cor da mãe de Jesus Cristo, as duas, a negra e a branca, se você cortar o pulso delas verá que as duas têm a mesma cor do sangue! As duas são iguais, perante os homens, perante as leis e perante Cristo!

Por isso gostaria de ver este Parlamento hoje, ilustre presidente deputado Nelson Justus, que este Parlamento se levante como se levantou o deputado Ricardo Chab, como se levantou a C.C.J., como se levantou a minha pessoa quando participei da reunião com o deputado Chab, para elaborar o Parecer final desse projeto, que seja dado agora a partir desse momento o direito da igualdade, que não só, que não haja racismo, que não haja desigualdade, que não haja preconceito contra todas as mulheres brasileiras, mas nesse momento, que não haja preconceito contra essas valorosas mulheres que defendem com orgulho, que defendem com raça, que defendem com honra, que defendem com caráter, que

defendem com dignidade a gloriosa farda da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Votem com a mulher militar, votem pela igualdade. Muito obrigado!

(Na oportunidade o deputado Nelson Justus assume a presidência dos trabalhos)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Segundo orador inscrito. Com a palavra o deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhores deputados.

Além do assunto já referido pelo ilustre deputado Luiz Carlos Alborghetti, que traduz o pensamento unânime desta Casa, queremos nos situar em dois outros que realmente traduzem a vontade, a expectativa e principalmente a esperança do povo do Paraná.

O primeiro deles, é com referência à reforma do secretariado de Sua Excelência o governador do Estado, Jaime Lerner. Nós, sendo Oposição, ficamos totalmente à vontade para comentar este assunto. Sua Excelência anunciava aos quatro cantos do Estado que faria uma reforma para tentar voltar a ter o contato com o interior e com o povo paranaense.

Que mentira, senhores deputados! A reforma feita, e os senhores são testemunhas, não trouxe alento nenhum ao interior do Estado do Paraná, trouxe isto sim, uma acomodação de nomes que se situaram dentro das limitações que os cargos ofereciam, um remanejamento e uma qualificação na qual mais uma vez foi penalizado o povo do Paraná. Junto a este povo, senhores deputados, está esta Casa, o respeito ao Poder Legislativo que sempre teve quem ocupou o cargo mais alto desse Estado, ou seja, o cargo de governador. Nenhum governador é eleito sozinho, não existe uma maneira pela qual um prefeito que também é executivo igual ao governador seja eleito sozinho. Ele tem a seu lado um partido político, ele possui junto a si inúmeros nomes que disputam, seja prefeito ou cargo de vereador, seja governador ou cargo de deputado estadual ou federal ou mesmo um senador que acompanha a legenda do governador que ganha.

No Paraná, senhor presidente, senhores deputados, sempre houve uma respeitabilidade ao Poder Legislativo tirando do seu seio aqueles leais companheiros da primeira hora e de todas as horas, que dão sustentação ao governo.

Aqui fazemos justiça ao Líder do Governo, deputado Valdir Rossoni, que brilhantemente tem procurado junto aos seus companheiros de Bancada trazer a sustentação do governo, contrapondo a nós, da Oposição, a vontade do povo do Paraná, quando é reclamada pelas ações do governo que não vão de encontro a esta razão que o povo realmente reclama.

E o deputado Valdir Rossoni, com os seus companheiros, tem sido leal ao governador

Mas a recíproca não o é. O governador está falando com a Bancada desta Casa, o governador não tem o respeito com o líder do Governo e com a Bancada que lhe sustenta em todas as posições. Bancada essa que realmente respeitamos, apesar de ser oposição a ela em alguns atos do governo, mas nos encontramos solidários quando esta Casa não tem o devido respeito por Sua Excelência, o governador Jaime Lerner.

Mas quero, junto a esse respeito, enfocar um segundo assunto: a indicação dos nomes. Existe, ainda, algumas secretarias em aberto, mas especificamente a Secretaria de Educação e a dos Transportes. Se o governador quiser fazer alguma coisa, se o governador quiser - em tempo, devolver parte daquilo que esta Casa ofereceu, que tire do nosso meio, do meio deste Poder, da sua Bancada, algum nome que dê realmente condições para que o interior esteja presente no governo do Estado. A Secretaria dos Transportes, hoje estampado nos jornais, citam o nome, alguns jornais, do presidente Nelson Justus. Outros, do ilustre deputado de Guarapuava - Cezar Silvestri, em outros nomes como Augusto Canto e outros que somam para ser a opção de Sua Excelência o governador. No que concerne à Secretaria de Educação, nomes com Zélia Moraqui, como o nosso reitor Frederico Meri...

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Zuk, me concede um aparte?

(Assentimento)

Veja, deputado Zuk, como nossa postura é totalmente diferente. Vossa Excelência como deputado de Oposição, se acha no direito de indicar secretários ao governo Jaime Lerner. Nós, deputados de Situação, pensamos de forma diferente: queremos dar toda autoridade ao governador Jaime Lerner para escolher os seus secretários e aí temos condições de fazer nossas cobranças.

Então são posturas diferentes. Não acho errada a sua postura, mas temos postura totalmente diferente da sua e acredito que Vossa Excelência deva concordar com nossa posição.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Veja só, ilustre deputado Valdir Rossoni, não indicamos nomes, estamos citando nomes que são noticiados na imprensa. Porque se tivéssemos o privilégio de indicar nomes, Vossa Excelência seria o chefe da Casa Civil - por vontade deste poder. E seria com competência, porque defender o governo da forma que Vossa Excelência, defende, o impossível de ser defendido, Vossa Excelência é o Coperfield entre os deputados deste Parlamento. É realmente mágico.

Concedo aparte ao deputado Augustinho Zucchi.

O Sr. Augustinho Zucchi

Deputado Luiz Carlos Zuk, pedi o aparte a Vossa Excelência porque pode parecer - e pelo menos tem suscitado alguma coisa na imprensa com relação a essa

questão - da nossa parte, pelo menos o que temos discutido junto com os demais companheiros, não há sequer, até agora - pelo menos não houve - uma postulação por parte da Bancada de sustentação do governo, por qualquer nome que seja para compor o seu secretariado.

Faço questão de fazer este aparte - embora o líder do Governo já tenha falado sobre essa questão, para que não paire dúvidas sobre a nossa postura aqui dentro do Plenário, que isso possa parecer que os deputados da base de sustentação do governo estão querendo que o governador nomeie um de seus componentes, um deputado para ser secretário. Isto é prerrogativa exclusiva do Executivo. Nos cabe sim, cobrar a postura do governo quanto aos anseios da população do Paraná.

Acho que reforma, sobretudo, temos que, principalmente nós que temos reforçado publicamente, é a reforma no jeito de governar, na forma de governar, e não na reforma e é de exclusiva competência do senhor governador.

Agradeço o aparte que Vossa Excelência me concedeu.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Antes de conceder o aparte ao deputado José Maria Ferreira, rememoramos a este Plenário, senhor presidente, pela quarta vez que ocupo o cargo de deputado estadual, que historicamente o governador sempre respeitou aqueles que lhe sustentam na Casa e aqueles companheiros aliados que não conseguiram a reeleição de deputado, mas com o remanejamento dos deputados eleitos, seus suplentes assumem e tem a continuidade daquilo que chamamos, realmente, companheirismo e respeitabilidade a quem é eleito.

Concedo o aparte ao deputado José Maria Ferreira.

O Sr. José Maria Ferreira

Deputado Luiz Carlos Zuk, Vossa Excelência sobe à tribuna para fazer observação, e por que não dizer comentários, sobre a dita reforma do governo Jaime Lerner.

Evidentemente o governo Jaime Lerner quis se desfazer ou se desvencilhar de dois dos seus ex-secretários que têm dificuldades enormes e aliados, em boa parte, à corrupção. Isto é histórico, notório. Inclusive, já encaminha no Ministério Público um processo de apuração que vai causar alguns problemas. Mas, não vejo nenhum demérito, não vejo nenhuma dificuldade a esta Casa, enquanto parlamentar, enquanto homens que representam parcela da população, inferir, ou indicar, fazer comentários, não tem problema, deputado Augustinho Zucchi. Gostaria dessa mesma isenção na defesa do nosso Orçamento, na defesa da prerrogativa da Casa diante do Executivo. Não fazemos nenhuma sugestão ao governo do Estado, ao Executivo. Entretanto, nos quedamos dele quando é da nossa defesa, abdicando da capacidade de legislar, de investigar, de acompanhar.

Não sei se, efetivamente nós, não queremos exercer a parte do Poder que nos cabe, porque esse Poder é um Poder, ou pelo menos pretende-se que seja, e vai ser a partir da nossa situação. Ou se efetivamente não temos interesse em termos representantes das nossas regiões. Gostaria, sim, que o Norte do Pparaná, fosse contemplado com um nome, ou desta Casa, ou alguém que fosse ligado a região Norte do Estado. Assim como tenho certeza que Vossa Excelência também gostaria que os Campos Gerais tivesse representatividade dentro do governo, para quê? Para que não precise, para que não venha o governo a precisar de uma Secretaria de Integração Social, não para integrar, mas para melhorar a posição política do governo em termos de prestígio. Ora, em termos de prestígio, e aí é que quero me somar ao seu pronunciamento, ele acresce quando trás para suas fileiras, como seus secretários e auxiliares, gente do interior. E não tenha dúvida que o deputado Cezar Silvestri seria um grande parlamentar e um grande representante desta Casa na equipe de governo.

Portanto, Vossa Excelência tem o meu apoio no que expõe e no que leva à questão esta Casa.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Agradeço, senhor presidente.

E para concluir, queria tão somente dizer a este Plenário de onde passamos, nos encontros que são feitos entre parlamentares, tanto da Situação quando da Oposição, alguma coisa com algumas pessoas ligadas com a sociedade do Paraná, pediram e faremos, realmente, esse pedido a ser feito neste instante.

Diziam alguns paranaenses que o governo colocou um dos primeiros secretários que saiu, agora, o Giovani Gionédís para que o Banco do Estado pusesse ser, como foi, vendido ao Banco Itaú. E agora coloca como secretário, no lugar do Giovani, um homem ligado à sua administração, para ele viabilizar a venda da Copel. E isto será efetivado e os senhores haverão de nos cobrar. Como também estes paranaenses dizem que depois da venda da Copel, o próximo secretário da Fazenda do Estado do Paraná, que vai lidar com as finanças do nosso Paraná, será o Carlos Teixeira, da Sanepar, porque daí complementa a venda da Sanepar e estará o Paraná todo, realmente, sobrando para a família paranaense, somente o Porto de Paranaguá, que não vai ter tempo de ser vendido, porque falta somente um ano e meio para este governo terminar.

Obrigado, senhor presidente e senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Senhor presidente e senhores deputados.

O que nos traz à tribuna nesta tarde de hoje é para falamos sobre o que aconteceu no funeral do policial que

barbaramente foi assassinado ontem, no município de Fazenda Rio Grande. À noite lá estávamos, no cemitério da Água Verde. Companheiros deste policial chegavam à noite e até de madrugada. Ali se fez presente o atual prefeito da Fazenda Rio Grande, o senhor Celso Rocha. Presente, também, o prefeito eleito da Fazenda Rio Grande, vereadores, comerciantes, diversos segmentos da cidade e da sociedade do nosso município presentes a este guardamento.

Senhor presidente e senhores deputados, nos impressionou bastante quando a doutora Paula, juíza de Direito da cidade de Fazenda Rio Grande ali chegava, junto ao caixão e começou a chorar. Ela, como juíza, que tem o poder de condenar, ela, ao ver este policial que no seu dia-a-dia trabalha pela segurança do povo da nossa cidade, começou a chorar.

É impressionante como os policiais civis e militares, especialmente os policiais civis, ali presentes, comentavam das suas dificuldades, da sua vida do dia-a-dia, enfrentando bandido e com as condições que têm para trabalhar. E o mais interessante é que este policial, ao ser comunicado do assalto a um Banco, os senhores acham que o diretor ou o presidente do Banco Itaú, eles estavam ou estão preocupados com qualquer policial, civil ou militar, quando sacode o império, o potencial que eles têm, eles se preocupam com a vida de um policial? Estes banqueiros se preocupam, única e exclusivamente, com formas para burlar a fiscalização. Ou seja, eles têm diversos técnicos que levantam questões técnicas para sequer pagar o imposto, pois nem imposto o Banco paga. E, no entanto, um policial ganhando quinhentos ou seiscentos reais por mês perde a vida para defender este império, que é o império da ganância e do poder, e que sequer pagam devidamente os impostos.

Fala-se muito, ultimamente, em que os Bancos paguem imposto. Seria justo que estes Bancos contribuíssem com um fundo para que este fundo pagasse, a nível nacional, uma moradia condigna para o policial militar e para o policial civil. Não existe nada disso, simplesmente os Bancos exploram.

Ontem aconteceu este guardamento. Hoje, pela manhã, diversos policiais choravam na saída do corpo do cemitério Água Verde para o cemitério do Boqueirão. Ali estavam presentes diversas pessoas, gente humilde e sentimos a ausência do secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, sentimos a ausência do governador do Estado, sentimos a ausência do prefeito de Curitiba e de tantos que têm a responsabilidade de administrar o nosso Estado.

Mas, eles se esqueceram que ali estava sendo sepultado um herói paranaense que derramou sangue nas ruas da nossa cidade. E, sentimos a ausência destas autoridades.

(Utiliza o Horário da Liderança)

O Corpo de Bombeiros, a quem queremos enaltecer, mandou o carro de bombeiros e este policial, na verdade, senão pelas autoridades, mas pela Polícia

Militar e pela Polícia Civil, foi enterrado e sepultado como um verdadeiro herói, numa demonstração de que estes heróis anônimos são, na verdade, aqueles que mais derramam sangue pela nossa sociedade e pelo nosso Estado.

Concedo aparte ao deputado Ricardo Chab.

O Sr. Ricardo Chab

Quero, solidário às palavras de Vossa Excelência nesta tarde e, ao mesmo tempo acrescentar no meu aparte que este policial realmente gozava de grande conceito na instituição policial civil em que pese estar há seis anos apenas na Polícia Civil.

Este clima que toma conta, hoje, da Polícia Civil, de consternação, de luto e até mesmo de reflexão, que isto possa se transferir para algo de bom, não só para a instituição como para a sociedade. Que estas pessoas de bem da Polícia, a chamada parte boa, passe a tomar conta legitimamente da nossa Polícia! Que seja extirpada a parte podre que todos sabemos que existe, não só na instituição policial civil como em tantas outras instituições, ou quase todas.

Então, gostaria neste momento, que tivéssemos um reconhecimento maior por parte da Secretaria de Segurança Pública a estas pessoas, às famílias e a estes homens, como o senhor colocou, chamando de heróis anônimos.

Fico chateado por não ter comparecido lá, hoje, mas tinha meus compromissos particulares. Quando o senhor estava no velório, eu estava no meu programa de rádio na Rádio Cidade.

Ontem à tarde, quando tomei conhecimento de todo o fato, quando tinha os detalhes, os pormenores do fato, quando soube que um policial civil morreu com um revólver 38 e que os marginais que fugiram esqueceram no carro roubado duas pistolas calibre nove milímetros, armas que são exclusivas das Forças Armadas, uma metralhadora, quero me reportar a este Parlamento. De repente se fala em investimento na polícia, mas aqui um policial civil tem que enfrentar marginais fortemente armados, pistolas nove milímetros, metralhadoras, armados com revólver calibre trinta e oito. É inconcebível! Não podemos mais admitir isso! A sociedade não pode mais admitir isto.

Então, deputado, no meu aparte, só quero acrescentar mais uma coisa, sou solidário quando o senhor coloca, olha, é preciso taxar sim o grande capital para que tenha uma segurança privilegiada, pois a Polícia Militar faz o chamado PB que é um ponto base, na agência bancária: o policial militar é obrigado pelo seu Comando a passar três, quatro vezes por dia na agência bancária e pegar a assinatura do gerente de banco.

Ora! E mais, deputado, a agência bancária tem lá dentro do estabelecimento - isto desde quando polícia é polícia e banco é banco. Não é agora não. Isto é de muitos anos. A agência bancária tem um alarme que soa lá na delegacia de polícia e só nos destacamentos, porque

não há um alarme na casa do Ricardo Chab, na casa do Zezinho da Silva lá do Sítio Cercado?

Então, são dois pesos e duas medidas. Acho de repente que este Parlamento, temos a obrigação de rever tudo isto, porque de repente, como o senhor bem colocou, o capital está aí explorando as pessoas, tirando muitas vezes o banco a casa do trabalhador em troca de juro. O senhor sabe disto, nós sabemos disto. E de repente este mesmo capital é privilegiado pelo Estado, por quê? Porque tem um alarme que soa lá na delegacia e foi o que aconteceu na Fazenda Rio Grande. E aí pergunta o cidadão - por quê eles chegaram na frente? Por quê a polícia chegou quando o assalto acontecia? Claro, pois alguém acionou com o pé o alarme. O alarme foi tocar lá no plantão e eles tiveram que sair.

Então, são conceitos que temos que rever na Segurança Pública.

Deputado, parabéns, sou solidário ao seu depoimento, à sua palavra nesta tarde e meu muito obrigado.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Agradeço o aparte e gostaria também de comunicar a esta Casa que muitos policiais que aí se encontravam, pois ficamos à noite conversando, alguns deles indagavam esta parte que Vossa Excelência, deputado Ricardo Chab, a parte podre da polícia.

Ora, tivemos um presidente da República cassado, tivemos um senador da República cassado, tivemos um deputado federal cassado, tivemos um deputado estadual cassado, tivemos diversos prefeitos presos, cassados. Será que não existe capacidade suficiente por parte do governo de separar a polícia podre da não podre? Será que vamos continuar ouvindo, falando que delegados que ganham altos salários, que estão na geladeira? Como vamos transmitir isto à população que um delegado de polícia está na geladeira? Ou que o coronel da Polícia está na geladeira? O que é isto? Sou analfabeto. Não entendo. Tem que me explicar o que é uma geladeira para quem ganha um salário pago pelo povo. Isto não pode existir. Isto tem que acabar. O governo tem que fazer uma reflexão sobre isto e se parar definitivamente existe o Judiciário e o Judiciário não pode demorar dez, vinte anos para tirar alguém que está com vida na geladeira, porque geladeira para mim é quem está morto. Tem a geladeira e o corredor, que Vossas Excelências usam com tanta propriedade, o deputado Alborghetti, o deputado Algaci, o deputado Ricardo Chab e outros do ramo de rádio, da parte policial.

Então, precisamos, senhor presidente, comunicarmos, chamarmos o secretário de Segurança nesta Assembléia, junto com o diretor de Polícia Civil e sabermos deles por que estão na geladeira, por que ganham um salário se eles não têm condições, não têm competência de assumir a função de delegados, que sejam afastados e aberto concurso e com este dinheiro sejam contratados outros delegados. E isto que queremos dizer, não podemos aceitar. E mais, é impressionante que uma

empresa que se organizou como de dar proteção, como guardião na casa de alguém, esta empresa ontem foi a que forneceu o helicóptero para procurar os bandidos porque o Estado do Paraná não tinha helicóptero, a Polícia Civil não tinha helicóptero, a Polícia Militar não tinha. Foi preciso se socorrer a uma Sentinela. A Sentinela que é uma empresa privada de segurança, que não é a polícia nossa.

O Sr. Ricardo Chab

Foi emprestado da Metropolitana, deputado.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Polícia Sentinela ou Metropolitana era o comentário que tinha no guardamento.

Concedo o aparte ao deputado Alborghetti e se a Presidência me permitisse ler um projeto que pretendemos apresentar, dentro do nosso horário.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti

Ontem tivemos o calibre trinta e oito *versus* a metralhadora, perdemos um policial civil, uma carreira brilhante, eu o conhecia, afinal de contas na minha vida profissional o nosso apelido é Carrapicho de Polícia. Mostrei a matéria, mostrei a rajada das metralhadoras, o arsenal que foi apreendido com os cães que cometeram esta barbárie contra este policial e poderia ter acontecido com outros policiais e com clientes do Banestado-Itaú.

Hoje de madrugada, deputado Cartário, dois cães de aluguel, entraram numa farmácia, barbarizaram o caixa e a Rone, a Polícia Militar, que está prestando um grande serviço à família brasileira do meu Estado, adentrou à farmácia e houve o tiroteio. Dois azedaram, já estão no cemitério, um fugiu e a Polícia Militar cumpriu com as suas obrigações. Não foi o farmacêutico de plantão, os funcionários de plantão não foram machucados, todos saíram com vida e os dois cães de aluguel já estão na geladeira do IML à disposição dos seus familiares. Tenho pena, sim, da família, mas não tenho pena porque bandido bom é bandido morto!

Muito obrigado.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Senhor presidente, não queremos apresentar, em hipótese alguma, um projeto demagogo. Sabemos das dificuldades do governo do Estado, sabemos que as conquistas feitas pelo Judiciário e por delegados de polícia, coronéis, foi dentro do aspecto democrático e não os combatemos, pelo contrário, achamos que é justo o salário que conquistaram. Sabemos das dificuldades de tantos funcionários do Estado, mas tem funcionários, da Polícia Civil e Militar, que ganham menos de R\$2.500,00, que gostaríamos que esse projeto apresentado fosse ao conhecimento do governador. E tem tantas formas, talvez até de diminuir a publicidade paga pelo governo do Estado fosse suficiente para contemplar o policial Militar, o policial Civil, dentro do projeto que apresentamos.

(Lê):

“PROJETO DE LEI Nº

SÚMULA:

Fica o Poder Executivo autorizado a conceder auxílio moradia para os servidores públicos integrantes dos Quadros das Polícias Civil e Militar na ativa, que ganhem até R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) bem como auxílio transporte.

Art. 1º - Fica autorizado o poder Executivo a conceder auxílio moradia, sempre reajustado de acordo com os índices da inflação, a todos os servidores públicos integrantes dos Quadros das Polícias Civil e Militar na ativa que comprovem pagar aluguel ou financiamento da casa própria, no valor de R\$400,00 (quatrocentos reais) por mês por uma prazo de 25 (vinte e cinco anos).

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder auxílio-transporte para todos os servidores públicos ativos integrantes dos quadros das Polícias Civil e Militar, no prazo de 50 meses, no valor de R\$200,00 (duzentos reais) para financiamento de veículos próprios e particular por funcionários/corporações citadas.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 14.11.2000.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Esta iniciativa de projeto de lei tem por objetivo reparar uma injustiça há anos enfrentada pela corporação das Polícias Civil e Militar. No que se refere ao auxílio moradia deve-se ressaltar a urgência deste benefício. Não é justo e nem moral e tão pouco recomendável que um servidor integrante dos quadros das Polícias Civil e Militar tenha como endereço de sua residência uma favela e/ou um local de invasão, expondo a sua vida e da sua família em risco, além de poder ser corrompido pela promiscuidade que normalmente é produzida por algumas facções. Quanto ao auxílio-transporte se faz necessário para evitar que um policial seja ele Militar ou Civil, fique exposto com sua farda ou colete em ruas ou rodovia solicitando carona de terceiros, subjugando a sua autoridade e colocando em risco sua vida.”

Senhor presidente, senhores deputados.

Apenas 400 reais, nós não estamos falando em auxílio moradia de 3000 reais ou de 5000 reais. Estamos falando apenas em 400 reais para o policial, para que ele fardado ou com colete da Polícia Civil não tenha que ficar num ponto de ônibus se expondo, segurando o ônibus, mostrando o revólver que é a arma dele, é a função que ele tem para levar para casa, ter que andar e em muitas vezes morando numa favela ou numa invasão porque não tem condições de pagar o aluguel.

Então, era isso apenas que nós queríamos, sabemos a dificuldade do governo do Estado em aumentar salário,

não estamos falando em aumento de salário, estamos falando numa pequena quantia, porque eu entrei com um projeto nesta Casa pedindo que o policial militar e civil tivesse um financiamento pela Caixa Econômica do veículo para poder se locomover, porque um policial é autoridade 24 horas por dia, se ele mora em algum lugar que saiba que ali mora um policial o primeiro socorro é procurar esse policial para pedir socorro para fortalecer a ele e sua família que está passando em risco de vida, no entanto o nosso policial vive na miséria, é uma miséria a maior parte daqueles que ganham 600, 700 por mês, como é que vão pagar o aluguel?

Então era isso que eu queria que os companheiros, além do projeto, que não fosse esse projeto mas que conversássemos com o secretário de Segurança e que ele juntamente com os deputados, Líder do Governo, deputado Rossoni levasse essa preocupação ao governo do Estado.

Vamos dar mais moral, mais seriedade aos nossos policiais, não é na hora que morre, no caso de ontem, ou quem morre, que não vamos resolver. Não adiante vir aqui prestar uma homenagem se não tem solução, e a solução senhor presidente, poderá partir desta Casa. Nós estamos fazendo um orçamento para o ano que vem, podemos ainda colocar no orçamento dispositivos que façam frente a estes benefícios de auxílio-moradia. Não estou falando em delegado nem em coronel, estou falando naqueles que miseravelmente se expõem e morrem como heróis para mim, talvez não heróis para outros, mas que precisam ser amparados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

Primeiramente em nome do PMDB, queremos hipotecar a nossa solidariedade, o nosso apoio às mulheres policiais que com tanta galhardia exercem essa função no Estado do Paraná. O nosso partido encampa as suas propostas e aqui na Assembléia não está faltando com o seu apoio, com o seu voto, para que o pleito das soldadas, das mulheres que estão fardadas no Paraná possa ser plenamente alcançado.

Em segundo lugar, senhor presidente, também em nome do PMDB, venho a esta tribuna para falar sobre a grande frustração do povo do Paraná causado mais uma vez pelo governador Jaime Lerner.

Governador Jaime Lerner que foi fragorosamente derrotado nas eleições de 2000, seus candidatos perderam, na grande maioria dos municípios do Paraná, nas cidades grandes - aqui em Curitiba a eleição foi para o segundo turno. Uma eleição que era havida e tida como ganha. Foi preciso que o prefeito Cássio Taniguchi escondesse o governador, o tirasse da mídia. Foi preciso que o prefeito Cássio Taniguchi fosse na Associação Comercial de Curitiba e dissesse: - Pelo amor de Deus, não me punam! Não me punam porque me considero um

bom prefeito. Punam o governador nas eleições de 2002, mas salvem o meu pêlo.

Foi preciso se ajoelhar na frente do povo para poder ganhar a eleição, como diz o ditado popular: com a calça na mão. Fragorosamente derrotado nas urnas, senhor presidente, o governador bolou, ele que é e aí, diga-se de passagem, um homem criativo, teve um lapso, teve um lampejo e pensou: Vou fazer uma profunda reforma no meu governo, porque do jeito que está o povo do Paraná falou que não quer mais. E nós, paranaenses, e o povo do Paraná de certa forma ingênuo, acreditando que o governador fosse efetivamente capaz de produzir uma grande reforma até que acreditou e pensei: Bom, o governador Jaime Lerner até que enfim ouviu o recado que o povo mandou através das urnas, derrotando fragorosamente os seus candidatos.

E a reforma, a reforma vai acontecer - o povo do Paraná pensava e agora começará o segundo governo depois de dois anos passados.

Olha, senhor presidente, olha, senhores deputados. O governo com 29 secretários. Tem secretário neste governo que nem o nome sabe da secretaria que está ocupando. É secretário para assessorar o secretário. Só no Palácio Iguaçu são 9 secretários. Tem secretário dando cotovelação em secretário, de tantos secretários que o governador possui aí na estrutura de governo. E o que se esperava desta mudança, desta reforma que o governador alardeou depois que a urna lhe disse que o povo está desencantado com seu governo, senhor presidente?

Esperava-se que o governador fizesse uma demissão sumária deste governo, tirasse os secretários que são inoperantes, incompetentes e envolvidos com corrupção! Envolvidos com roubo do dinheiro público! Imaginava-se que dos 29 secretários, o governador pudesse anunciar ao povo do Paraná que estaria reduzindo drasticamente, estaria conduzindo apenas 10, 12, 13 secretários para ajudar a seu difícil governo.

Bueno, como diz nosso querido deputado Caíto Quintana. Bueno, o que que se fez? De 29 secretários, o governador Jaime Lerner colocou para 32 secretários. Agora além dos secretários que já exercem pastas fantasmas, criou a tal de Coordenação dos Secretários, agora tem coordenador de secretários. Não é mais o secretário. Tem o secretário e aí tem o coordenador do secretário, para daí chegar ao governo do Estado.

Tenha a santa paciência!!! Como pode um governo se perder desta forma? O governador se recolheu na Ilha das Cobras - em Paranaguá, e talvez tenha sido o fluído das jararacas, das cascavéis, das urutus, das serpentes que lhe minaram a mente para poder produzir uma peça teatral como esta que ele apresentou ao povo do Paraná, causando uma triste decepção a este povo que tanto quer este Estado avante. Foi, talvez, o efeito da Ilha das Cobras. Ou foi, talvez, o abandono que o governador se colocou no Chapéu Pensador, que de pensador não sabemos o que tem, talvez o chapéu já esteja cansado de pensar, e não pense mais nada. Talvez, senhor presidente, o Chapéu

Pensador já não influencie mais, combinado com a aura negativa das cobras, lá na Ilha das Cobras. E aí vem o governador Jaime Lerner e decepciona mais uma vez o povo do Paraná. O povo pensava: bom, no final do governo faltando apenas dois anos para terminar esse triste mandato é natural que o governador Jaime Lerner fará as mudanças que o povo do Paraná precisa para poder conceder o aumento tão necessário à Polícia Militar, à Polícia Civil, aos funcionários públicos. Mas, o que fez a Sua Excelência que se encastelou no terceiro andar do Palácio Iguaçu, que se recolheu a Ilha das Cobras e que se isolou no Chapéu Pensador? Criou mais três secretarias, aumentou coordenadores, colocou pessoas suspeitas. O secretário Rafael Greca foi defenestrado do governo federal, carimbado como homem envolvido com o bingo, com o bingo estampado em sua testa. Aliás, disse-me um amigo do interior: "A secretaria mais indicada para o Rafael Greca não é a de comunicação, é a Secretaria Marítima, porque ele entende bem é de navios". Até agora a nau capitânia não conseguiu sair lá do Porto de Salvador, já fazendo mais de 10 meses do aniversário do descobrimento do Brasil. E uma nau, a nau capitânia construída sob a égide administração do senhor Rafael Greca, custou ao povo do Brasil a bagatela de 03 milhões de dólares. Aí o Fernando Henrique lhe deu o chapéu, vai embora, porque aqui o seu serviço é dispensável. Mas, o governo do Paraná o recebeu de braços abertos. O governador Jaime Lerner chamou-o para ser seu secretário de Estado.

O ministro da Saúde, do Fernando Collor de Mello, Alcení Guerra, não há uma criança sequer nesse Paraná que não se lembre dos guarda-chuvas, das bicicletas, das mochilas, é hoje o homem forte do governo.

E pasme, senhor presidente, até a semana passada o homem forte era o secretário da Fazenda - Giovani Gionédís.

E quero dizer, senhor presidente, o Giovani Gionédís foi usado pelo governador. O Giovani Gionédís, que contestamos aqui desta tribuna, fez o papel...

O SR. VALDIR ROSSONI

Deputado Nereu, dispensamos os elogios ao secretário Giovani Gionédís. Dispensamos.

O SR. NEREU MOURA

Estou com a palavra, e Vossa Excelência me respeite.

O SR. VALDIR ROSSONI

Isso é um absurdo.

O SR. NEREU MOURA

Vossa Excelência me respeite, estou com a palavra e estamos num parlamento democrático. Vossa Excelência quando estiver na sua hora de falar, fale o que quiser.

O secretário Giovani Gionédís foi usado pelo governador, usado para fazer o papel de carrasco, para

vender o Banestado, para antecipar os royalties, para fazer a Copel se envolver no escândalo da Sercomtel, desviando da empresa pública mais de 100 milhões, provado pelo Ministério Público, dinheiro roubado. Foi usado para fazer essa serventia, senhor presidente. E o que aconteceu com o secretário Gionédís? Parece um escorpião, que dá a sua ferroada pelas costas. Assim que ele foi usado, foi dispensado do poder, foi jogado, chutado, escorraçado do Palácio! E depois ofereceram uns “carguinhas” de segundo escalão para ele, como consolo. É lógico, pelo que a imprensa tem informado, não quis aceitar os cargos de consolo, depois que o governador lhe tomou a chave do cofre! Tirou-lhe a chave do cofre! Porque o governador, talvez, tenha dito aquilo que os deputados falaram e que o povo do Paraná disse: “Talvez eles tenham razão, e agora que você já fez tudo o que eu imaginava, agora você está dispensado da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná”.

Por isso, senhor presidente, venho em nome do meu Partido, do PMDB, trazer um manifesto do povo do Paraná, a frustração, mais uma vez, com o governo Jaime Lerner, um governo que se perde no tempo, mas deixa a história passar, que não aproveita o recado que o povo lhe manda, clara e cristalinamente, um governo que na verdade se surpreende por seus atos pequenos, esquecendo de governar o Estado do Paraná.

Para finalizar, senhor presidente, quero conceder primeiramente aparte ao deputado Valdir Rossoni e depois ao deputado Takayama.

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Nereu Moura, eu dispenso o aparte.

O Sr. Hidekazu Takayama

Deputado Nereu, nós sabemos que a função de Vossa Excelência, evidentemente, é fazer a defesa da Oposição. Mas, existem algumas coisas que nos deixam, não digo entristecidos, mas que sabemos que Vossa Excelência é uma pessoa que procura, profundamente, a verdade. E sabe Vossa Excelência que a questão do Alcení Guerra foi totalmente esclarecida. Infelizmente, vivemos num sistema político em que muitas vezes acusa-se primeiro para depois saber se é verdade ou não. E foi totalmente comprovada a questão do companheiro Alcení Guerra, de que em momento nenhum havia verdade naquelas acusações, infundadas, feitas somente para tentar destruir ou desmontar uma pessoa que estava no uso do seu mandato, da sua função.

Nós sabemos que existem coisas que não ficam bem trazermos, aqui. É o mesmo que chegar aqui e acusar o governador na questão da remessa dos dólares, da família. São coisas que machucam. E gostaria que Vossa Excelência, que sabe da minha postura...

O SR. NEREU MOURA

Vossa Excelência pode acusar. Vossa Excelência é deputado.

O Sr. Hidekazu Takayama

Vossa Excelência sabe perfeitamente que eu tenho um profundo respeito pela sua pessoa. Sou seu amigo, particularmente. Mas, são acusações dessas, que já foram comprovadas pela justiça que não têm fundamento, é que nós pedimos que Vossa Excelência, no calor, no afã da sua oratória, que realmente nos impressiona, porém, algumas questões têm que ser deixadas bem claras.

É só por esta razão que eu pedi o aparte, pelo respeito, carinho e admiração que tenho pela sua pessoa.

O SR. NEREU MOURA

Olha, deputado Takayama, Vossa Excelência não tenha nenhum constrangimento em falar as verdades que Vossa Excelência tenha. O senhor é um deputado, de um Parlamento. Parlar é falar. Eu não fiz acusação. Eu, aqui, relatei fatos que a imprensa brasileira noticiou, dando conta de que o ministro da Saúde do governo Collor foi mandado embora, motivado por estes crimes que aqui relatei. Mas, que foi a imprensa, não fui eu quem denunciei.

O Sr. Hidekazu Takayama

A mesma imprensa, depois, retratou-se.

O SR. NEREU MOURA

Mas, olha, o governo de Vossa Excelência está aí para investigar. Vossa Excelência pegue o seu governo, os seus secretário, e investigue! E se houveram irregularidades na remessa de dólares, vamos castigar. Nós não queremos passar “panos quentes” em cima de ninguém, não, deputado! A verdade tem que prevalecer!

O Sr. Hidekazu Takayama

Eu estou só solicitando, na questão da...

O SR. NEREU MOURA

Eu já concedi aparte a Vossa Excelência e gostaria de concluir.

Por isso, senhor presidente, fica aqui a nossa posição: o Paraná, o povo do Paraná, chora mais uma vez, pela oportunidade perdida por este governo de acertar este governo, de poder gastar o dinheiro corretamente, de poder fazer com que as coisas funcionassem, de poder dar um salário decente às Polícias Militar e Civil, aos funcionários que estão há seis anos sem receber aumento. Mas, infelizmente, tudo se perdeu” como dantes no quartel de Abranches”.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Com a palavra a liderança do PL, PST, PPB, PFL, PSDB.

(Declinam)

Pelo PT, com a palavra o deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, senhores deputados.

Acabamos de ouvir aqui o deputado Nereu Moura que falou sobre esta reforma que o governo tentou fazer. Criou um fato, comprou a tinta para fazer a reforma, comprou o cimento, a cal e aí não tinha pedreiro, não tinha dinheiro para pagar o pedreiro e a reforma acabou!

Nós estamos vendo também por conta desta reforma, a falta do secretário de Transportes, na eminência anunciada já, de termos aumento de 20% do pedágio. Final de ano, as estradas cheias de turistas, em média aumento em torno de 50% no volume das estradas e mais 20% de aumento do pedágio daria um “troco” bom para as concessionárias na virada do ano.

Mas, o caso que me trás à tribuna é que o governo coloca ao povo paranaense este custos de pedágio mas não está cumprindo uma coisa que é básica que é conservar as estradas, as rodovias estaduais. As rodovias estaduais do Paraná estão se acabando, se esburacando, as chuvas estão fazendo com que aconteçam pequenos buracos que vão se aumentando e isto acontece na grande maioria das rodovias mantidas pelo governo do Estado do Paraná.

O governo implantou o pedágio com a alegação de que ele seria a solução para o processo rodoviário no Estado do Paraná. E, temos os problemas nas rodovias.

Estou chamando a atenção do governador do Estado senhor Jaime Lerner porque hoje, segundo dados, estaremos recuperando as estradas do Paraná com tapaburacos e reformas, com um custo em torno de 5 milhões. Mas, dizem que daqui há seis meses este valor dobrará e daqui há um ano este valor triplicará.

Em rodovias que conheço bem no Oeste do Paraná, em Vera Cruz, Itaipulândia, Missal, Marechal Rondon, na direção para Guaíra, na Costa Oeste, inclusive tem um projeto de lei aprovado de denominação daquela rodovia de Rodovia Costa Oeste em homenagem ao projeto dos Jogos da Natureza. Estas rodovias estão completamente esburacadas! Ainda estão em condições de andar, ainda há tempo de fazermos boa recuperação com baixo custo, o povo do Paraná não vai admitir aumentar o pedágio para ter que andar poucos quilômetros de estrada boa. E, a notícia que recebi hoje pela manhã é que o Paraná inteiro está nesta situação e estamos sem secretário de Transportes.

Concedo aparte ao deputado Ricardo Chab.

O Sr. Ricardo Chab

Deputado Irineu Colombo, sou cobrado constantemente, diariamente, nos veículos de comunicação em que trabalho, a população me liga e pergunta: Mas, deputado, vai ter aumento de pedágio realmente ou não? Eu e o deputado Algaci Tulio que também está trabalhando em veículos de comunicação como a minha pessoa também recebe os seus telefonemas.

E parece que nós hoje transmitimos por telepatia, viu, deputado, eu não conversei com o senhor, o senhor

não conversou comigo, mas você vê que coisa, eu até falava com o deputado Cezar Silvestri, que eu iria encaminhar à Mesa um requerimento, está pronto aqui, estou encaminhando à Mesa, porque eu estou aqui preocupado porque estou vendo pela imprensa e nós estivemos na sua cidade agora com a CPI no interior do Estado, não se fala outra coisa a não ser no aumento do pedágio, é ou não é? Nas ruas as pessoas, estávamos tratando da CPI, duas pessoas da sua cidade, vai subir o pedágio ou não vai? Como se a gente soubesse. Lá no hotel a mesma coisa, todo mundo perguntando se vai subir o pedágio.

Então, eu e o deputado Algaci fizemos um requerimento se o senhor me permitir eu vou ler, é breve, só para o senhor saber o teor e até pedindo já o encaminhamento deste requerimento para que se aprove nesta sessão - Requer que seja enviado o expediente à Secretaria dos Transportes solicitando informações a respeito do aumento do pedágio, específico do aumento. Eu sei que o senhor está falando com relação a conservação das outras rodovias, aí o motivo que votei contra o pedágio, lá atrás porque eu sabia que isto ia acontecer. Então, coloco aqui o seguinte, primeiro, se os estudos referidos estão sendo realmente efetuados porque eu soube através da imprensa que nós teríamos um aumento do pedágio de 20% agora em dezembro. E eu sou deputado pelo Estado do Paraná. Imagine o transportador, o comerciante, esse sabe muito menos que nós. Eu soube pela imprensa que viria uma majoração de 20%. Dois, se haverá realmente o referido aumento eu não, se é especulação ou não? E qual a data para o aumento das tarifas, se houve o aumento e qual o percentual a ser aplicado sobre as tarifas vigentes? Se é de 20%, se é de 10%, se é 12%, porque eu li no jornal lá no interior que o pedágio iria subir 20% e agora hoje vi uma nota dizendo que - não, não é bem assim, porque os caminhoneiros já estão tentando articular uma greve para daqui a trinta dias, não, não é bem assim, já não tem mais aumento. E o que nos estamos vendo, deputado, cai exatamente naquilo que eu falei, eles levaram o filé mignon e o Estado do Paraná ficou com o osso. Quer dizer, o osso é o quê? São as estradas lá de Missal que ninguém quer colocar cancela porque não dá lucro. Dá lucro é colocar aqui na 277, na 376, aí dá lucro. Ora, até eu que sou mais bobo quero um pedágio ali.

Então, ninguém quer cuidar daquelas pequenas estradas. Então, estou perguntando e gostaria de contar com o apoio da bancada do governo a este requerimento porque o parlamento precisa saber, nós precisamos saber até para explicar para os nosso eleitores se vai subir ou não vai subir o pedágio.

Obrigado.

O SR. IRINEU COLOMBO

Obrigado, deputado Ricardo Chab, mas a informação que eu tive, conversando com os caminhoneiros é de que no mês de dezembro eles poderiam aumentar o pedágio para uma postura tática porque neste período os caminhoneiros param de transportar, tem menos camin-

honeiro nas rodovias e portanto mais difícil de mobilizar para uma paralisação, para uma greve ou coisa que o valha. Então, eles implantariam o aumento, viria em janeiro, o negócio ia meio se consolidando e o aumento passaria em branco sem protesto nenhum e nós estaríamos também já em recesso, não teria tanto problema político para implantação deste aumento de pedágio. Mas vocês vejam que paralelo a isto nós vamos ter uma situação em que o governo do Paraná autoriza a cobrança de pedágio numa rodovia e do ladinho ali que é uma rodovia que o Estado do Paraná deveria usar este recurso para também asfaltar, tapar buraco, ajeitar, fazer roçada nas rodovias estaduais não está fazendo. E a proposta nossa da Oposição quando discutimos o pedágio e sempre nos cobraram é de que tínhamos que ter uma proposta alternativa. A nossa proposta alternativa sempre foi discutida, um fundo rodoviário estadual e esta é a alternativa que nós estamos novamente levantando, que nós naquela ocasião queríamos trocar este pedagiamento da forma como estava sendo feito por um pedagiamento controlado pelo Estado do Paraná, por um Conselho, pegar este dinheiro, colocar no fundo estadual, este fundo estadual absolutamente transparente e público, não da forma estatizada, burocratizada, escondida, mas este fundo servir para ajudar as pequenas estradas do interior que escoam o arroz, o feijão, o vendedor de camisa, o vendedor de sorvete, matéria-prima, o vendedor que passa vai usufruir de uma boa estrada, no Estado do Paraná. E, diga-se de passagem, se o Paraná quer ser um Estado estratégico do ponto de vista de atrair investimentos tem que cuidar da Educação, da saúde, da malha rodoviária, a micro, a pequena malha rodoviária, porque é essa que elimina custos, é essa que agiliza a comunicação de informações e a comunicação de trânsito de mercadorias e de consumo, então é essa a nossa preocupação.

Concedo o aparte ao deputado Geraldo Cartário.

O Sr. Geraldo Cartário

Deputado Colombo, obrigado pelo aparte. No governo passado, no governo Requião, um dos diretores do DER, foi o doutor Tissot, conversando com o doutor Tissot sobre a preocupação com as rodovias estaduais que não têm pedágio, que hoje, no Estado do Paraná são 10.000 quilômetros, são 12.000, 1.800 quilômetros são rodovias federais, 200 quilômetros estão agrupados ao pedágio e 20.000 quilômetros de estradas não estão com pedágio. O DER, a Secretaria de Transportes estão enfrentando as maiores dificuldades e, na verdade, não tem como. E Vossa Excelência está certo quando fala no fundo rodoviário.

Ontem eu apresentei ao presidente da Assembléia, deputado Nelson Justus, um projeto que está praticamente imitando um pouco o governo do Mato Grosso do Sul, que criou o fundo rodoviário e nós, a pedido do doutor Tissot, juntamente com outro técnico, apresentou o projeto que ontem nós apresentamos ao deputado Nelson Justus. Nós vamos buscar este fundo que Vossa Excelên-

cia também cita, o nosso também fala precisamente isso, é um fundo, que este dinheiro não vai para o governo do Estado. Ele seria, um centavo, nas distribuidoras de combustíveis, na hora de pagar o ICMS descontaria um centavo por litro de gasolina e dois centavos do óleo diesel.

Este dinheiro seria, imediatamente, enviado para o fundo, nós estamos com o projeto criando o fundo e também de onde viria este dinheiro. Não haveria aumento de impostos, não haveria pedágio, simplesmente naqueles 17% que o Estado recebe dos derivados de combustível ficaria um centavo de gasolina e dois de óleo diesel, por litro, para este fundo.

Na 2ª feira da semana que vem estaremos apresentando este projeto e gostaríamos que a bancada do PT, que realmente vem estudando este projeto há muito tempo, possa se associar, ou pelo menos, apresentar as emendas que achar necessárias.

Muito obrigado.

O SR. IRINEU COLOMBO

Deputado Cartário, no Mato Grosso do Sul, a cobrança é em cima do boi.

O Sr. Geraldo Cartário

Isso, lá é meio complicado para explicar aqui, mas é do boi mesmo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Porque tem uma situação econômica diferenciada. Inclusive foi contestado tentando considerar inconstitucional mas o governador conseguiu ganhar e foi uma solução para o Estado.

O Sr. Geraldo Cartário

Ganhou e foi uma conscientização dos próprios proprietários, fazendeiros, que era a única solução para ter estrada.

O SR. IRINEU COLOMBO

O Estado que estava praticamente inviável em termos de estradas, resolveu a situação. Parabéns pela iniciativa, deputado.

Mas, senhor presidente, para encerrar, quero dizer da nossa preocupação, eu ouvi comentários que Vossa Excelência poderia ocupar a Pasta dos Transportes, se assumir aquela Pasta já leva, pelo menos, esse nosso pronunciamento como preocupação para implementar lá, porque o Estado do Paraná tem que ter uma política de reativação para arrumar as rodovias que é de sua responsabilidade, estão abandonadas. Hoje custariam 5 milhões, daqui a 6 meses a um ano custariam quem sabe 15 milhões ou 20 milhões para consertar essas rodovias do Estado do Paraná, triplicaria portanto os custos, e o povo cobra muito e a comparação é muito simples, vai aumentar o pedágio e nós estamos sem estradas no Paraná.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Emenda Aditiva de Plenário, de nº 01, de autoria do senhor deputado Nelson Justus, devidamente apoiada, constante do expediente. **Autue-se como projeto de lei em separado.**

Expediente subscrito pelos senhores deputados Luiz Carlos Alborghetti, Hermas Brandão, Orlando Pesutti e demais senhores deputados, constante do expediente, solicitando providências necessárias para a abertura das inscrições para o preenchimento da vaga de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, ocorrida com a aposentadoria do conselheiro João Feder. **À Comissão Executiva, para análise.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de dois (02), de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matéria aprovadas ou outras a serem incluídas. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando a inversão total da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 336/2000, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 027/2000, que dispõe sobre a extinção do Quadro de Oficiais Militares Femininos - QOPM FEM, a qualificação de praças especiais femininas e a qualificação de praças policiais femi-

ninos (Praças PM FEM). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E S.P. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Em votação.**

O SR. RICARDO CHAB

Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Antes de Vossa Excelência encaminhar deputado Chab, há uma emenda de minha autoria e de outros deputados e que por razões óbvias para que nós não prolonguemos mais esse projeto com base no Inciso 5º, § 2º do Artigo 132, do Regimento Interno, eu determino a autuação da presente emenda do projeto de lei separado, para que não retarde mais esse. Trata-se de uma emenda que diz que fica determinado que os primeiros tenentes da Polícia Militar, músicos, com curso superior na área musical e que tenham completado 35 anos de serviço passem para a reserva remunerada com os proventos de capitão.

Então, esta emenda para não atrapalhar o projeto que estamos votando nesse instante, passa a um projeto em separado que nós encaminhamos imediatamente.

Por gentileza, Vossa Excelência pode encaminhar o projeto.

O SR. RICARDO CHAB (**Para Encaminhar**)

Presidente, antes de mais nada gostaria de enaltecer o bom senso de Vossa Excelência para que não posamos retardar, isso tenho certeza absoluta que é um reconhecimento às senhoras, senhoritas policiais femininas.

Quero fazer aqui um breve relato, um histórico, um breve relato muito singelo, muito simples, inclusive dado a esta data que é de extrema importância para a Corporação Militar.

Desde 1992, as soldadas mulheres da Polícia Militar do Paraná estão encampando esta luta. O Estado do Paraná foi o segundo da Federação a admitir mulheres na Corporação.

Em 1994, o governador Mário Pereira, enviou mensagem a esta Casa de Leis, sendo aprovada inclusive uma emenda da nossa vice-governadora, deputada Emilia Belinati, que, enviada ao governador ele mesmo vetou integralmente.

O trabalho de alguns anos das mulheres policiais militares foi desta forma barrado, mas a luta dessas mulheres continua e eu, em especial devido a minha profissão, tenho acompanhado toda a luta dessas senhoras até mesmo para sobreviver. Em 1999, como presidente da Comissão de Segurança Pública desta Casa - Luiz Carlos Alborghetti o vice, deputado Algaci Tulio membro da comissão na época - fomos procurados pelas mulheres policiais militares e como presidente da comissão sentimos a necessidade dessas senhoras policiais militares, entre elas: a Irene do Rocio Santiago, que faleceu logo após esse encontro. Para que nós, da Comissão de Seg-

urança Pública, intercedêssemos junto à presidência desta Casa. E lembro que falei com o saudoso presidente, deputado Anibal Khury, para que abrisse espaço no Plenário para pudêssemos fazer uma comemoração de aniversário de 22 anos da criação do quadro da Polícia Militar Feminina no Paraná.

Quando a capitã Iracema, lembro bem, disse em Plenário, que as mulheres policiais militares vêm nos quartéis, prestando então serviços à sociedade paranaense, protegendo nossas famílias, expondo suas vidas a serviço do Estado e atingiram, tão somente, o posto de capitão.

Ouvimos, aqui, em Plenário, quando numa sessão homenageávamos essas senhoras. Em Pernambuco no ano de 1997, uma mulher policial com apenas 14 anos de serviço, assumiu o posto de tenente-coronel e foi designada a comandar o Batalhão da Polícia Militar do Estado de Pernambuco, na capital Recife. Por quê não podemos ter aqui no Paraná a mesma coisa? Entendo, presidente, quero repetir as palavras que disse na última sessão, quando votávamos em primeira discussão, que se trata até mesmo de humanizar o setor da Segurança Pública. Mas se trata de humanizar, sim, esse setor que é tão violento. A revista Veja, também disse naquela seção, e quero citar também aqui o Mato Grosso, já há muito tempo o quadro está unificado. No Mato Grosso existe tenente-coronel, que comanda, inclusive, Academia Policial Militar daquele Estado. Então é uma mulher que comanda e no Paraná não.

Aqui louvo, mais uma vez, ao governador Jaime Lerner, aos meus assessores que estão reparando um erro de anos. A revista Veja como vinha dizendo, trouxe uma matéria que destaca a participação e a evolução das mulheres em todos os níveis da sociedade. Destacou o trabalho da coronel Laudinéia de Oliveira, a primeira mulher a chegar ao posto máximo: coronel da Polícia Militar de São Paulo, que é uma das melhores policiais militares do mundo, sabemos disso, que mais recebe investimentos. E lá quem comanda é uma senhora. E hoje após 22 anos de luta, fica registrado na história do Paraná, que o governo do Paraná juntamente com esta Casa, com a Assembleia Legislativa corrigirá essa grande injustiça com as mulheres da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Neste dia quero homenagear todas as mulheres policiais militares que aqui, inclusive, se fazem presentes no plenário, dedicando essa vitória à memória da soldada Eliane do Rocio Santiago que muito bem as representou nessa luta. Inclusive lá no céu, tenho certeza absoluta, que ela deve estar vibrando e muito. Porque foi uma lutadora, uma pessoa que queria subir na vida e o regimento não lhe permitia isso. Em nome das policiais militares aqui do Estado do Paraná, quero registrar aqui o agradecimento a todos os deputados, sem exceção, porque elas foram a todos os gabinetes e falaram com todos os senhores deputados. Em especial os outros dois companheiros que são da área: o deputado Algaci Tulio e o

deputado Luiz Carlos Alborghetti. Quero registrar aqui, também, o agradecimento ao governador do Estado, ao Chefe da Casa Militar coronel Luiz Antônio Borges Vieira, ao comandante da Polícia Militar coronel Guaraci Moraes Barros, ao chefe de Estado Maior da Polícia Militar coronel Sanderson Diotalev, à secretária de Estado da Criança primeira dama senhora Fany Lerner e ao procurador geral do Estado deputado Joel Coimbra que foi nosso companheiro de Assembleia.

Então é uma tarde, realmente, que temos o que comemorar e podemos comemorar. Porque tenho certeza absoluta que já, já, aqui no Estado do Paraná, essas mulheres dedicadas comandando a Polícia Militar, cuidando dos nossos filhos, cuidando das nossas famílias e mais: imunizando o setor que é muito crítico.

Agradeço, presidente, e posso falar, outro dia falando, viu capitã, as oficiais que aqui estão, as soldadas que aqui estão, que, até com esse meu mandato cumprido, sabe, em ver esse sonho realizado dessas senhoras, porque mais do que ninguém acompanhei e acompanho a necessidade dessas mulheres em galgar o posto máximo. Olha, estou de alma lavada, hoje, porque estou vendo, realmente, um benefício a quem realmente merece.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. ALGACI TULIO (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras e senhoritas que integram a nossa Polícia Militar Feminina.

Esta Casa, hoje, senhor presidente, provoca um ato de cidadania quando discute um projeto de extraordinária envergadura, quando se faz justiça àquelas que há muitos anos estão lutando para ocupar o espaço que, realmente, merecem.

(Lê):

“Hoje assistimos nesta Casa a consagração da cidadania plena através de um ato de justiça que, de há muito se fazia necessário.

Nas duas últimas décadas, na maior parte do mundo ocidental, as mulheres tem conseguido a igualdade formal. As constituições a contemplam e a reconhecem.

Mas ainda hoje, na virada do século XXI, são muitos os países onde os homens e as mulheres não gozam do mesmo tratamento jurídico diante da lei e das instituições, apenas pelo fato biológico de pertencerem a sexos diferentes. Neste caso as mulheres estão em evidente desvantagem, não tendo ainda atingindo a cidadania plena.

Em que pesem as diferenças objetivas e o diferente nível de conquistas entre uma região e outra do planeta, é cada vez mais evidente que não bastam declarações de princípios e pomposas formulações de objetivos paritários. Em todas as culturas há ainda um longo caminho a percorrer até a igualdade real, que não pode ser considerada totalmente materializada até que as mulheres ocupem, em plano de absoluta igualdade e paridade, a posição que lhes corresponde em todos os âmbitos da

vida pública. O que significa seu pleno acesso aos níveis mais altos do poder, liderança e representação no espaço político, institucional, econômico, profissional, social e laboral.

Já há 23 anos o Paraná abriu espaço nas fileiras da gloriosa P.M.E.PR. para as mulheres, criando para o seu ingresso um quadro a parte do quadro geral, ou seja, do quadro ocupado pelos homens. Sem dúvida, apesar do avanço bem intencionado, gerou, com o passar do tempo, uma desigualdade e conseqüentemente uma injustiça pois que às mulheres era vedado o acesso aos níveis superiores da Polícia Militar.

A elas só era possível atingir a patente de capitão, independente de seu esforço, capacidade técnica, preparo intelectual, antigüidade e desempenho profissional, embora sendo estes requisitos exigidos e analisados em pé de igualdade com os homens da corporação.

Muito lutaram as integrantes da Polícia Militar do Paraná, contando para isso com o apoio de entidades femininas, de outros segmentos da sociedade e inclusive desta Casa, que perceberam a legitimidade do pleito. Graças a Deus, esta legitimidade ficou evidente ao governo do Estado que enviou ao legislativo uma mensagem através da qual corrige a injustiça, extinguindo o quadro especial e permitindo que doravante as mulheres ocupem em plano de absoluta igualdade e paridade a posição que merecem dentro da Polícia Militar do Paraná.”

Quando a justiça é feita, senhores parlamentares, a vitória é de todos. A vitória é de cada um de nós desta Casa que reconhece também, neste instante, esta ação efetiva de entender perfeitamente a igualdade de condições. Aliás, quero, neste momento, ao mesmo instante em que fazemos aqui essas homenagens a nossa Polícia Militar, em especial à nossa Polícia Militar, em especial ao quadro de policiais femininas. Dizer que o Paraná tem, hoje, 460 em todo o Paraná. Dezesete oficiais, muitas aqui presentes, 13 cadetes, 430 praças. É 2,5% do efetivo da Polícia Militar, e é pouco. É pouco e digo mais: lamentavelmente e ao mesmo tempo em que nós estamos aqui, felizes com esta Mensagem do governador, lamentamos que ao abrir, agora, 750 novas vagas para os quadros da Polícia Militar, tenha-se esquecido de permitir que as mulheres também pudessem se inscrever, para ingressar, agora, ocupando 750 vagas. Infelizmente, não foram contempladas. Mas, de qualquer maneira, senhor presidente, esta Casa dá uma demonstração, hoje, ao reconhecer, e o Paraná, lamentavelmente, é o último estado desta Nação que abre espaço para o crescimento, para os degraus da Polícia Militar à mulher.

De qualquer maneira quero dizer que a exemplo do deputado Ricardo Chab, que tem feito um trabalho muito intenso neste sentido, o deputado Luiz Carlos Alborghetti, deputado Tiago Amorim, dos deputados que fazem parte, mais, dos meios de comunicação, que no dia a dia sentem, na verdade, esta necessidade da presença da mulher na delegacia de polícia, da presença da mulher na rua, mostrando a sua capacidade e a sua tenacidade.

Quero dizer da minha satisfação, com toda sinceridade, longe de mim qualquer demagogia neste sentido. Este é um projeto que é do governador, não é do deputado Chab, não é do deputado Algaci, mas é desta Casa! É esta Casa que reconhece e vota com toda a sua autoridade. E tenho certeza, com todos os Parlamentares favoráveis a este projeto, que só reconhece o potencial, a capacidade, que tem a mulher paranaense.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra, para Encaminhar, o deputado Cleiton Kielse.

O SR. CLEITON KIELSE (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente e senhores deputados.

Queríamos apenas agradecer aos brilhantes encaminhamentos do deputado Ricardo Chab, deputado Algaci e deputado Alborghetti, e salientar a importância e a nobreza da Oposição, neste momento, que retirou todas as emendas que tinham colocado na semana passada. E Vossa Excelência também, presidente. Porque o entendimento, já há mais de três anos atrás, quando falávamos com o governador e tantos outros deputados comentavam da importância desta justiça que está sendo feita, neste momento, está para ser sanada, talvez, a maior injustiça que os delegados nunca tiveram, que os prefeitos, que hoje, no mandato passado nós tínhamos nove prefeitas em nosso Estado, hoje temos trinta e seis prefeitas eleitas; para desembargadoras, hoje já temos uma; ministra do Supremo, hoje já temos uma, e tantas outras lideranças, como secretárias de Estado, deputadas, vereadoras, centenas delas. Mas, principalmente da conduta que estas mulheres, neste momento, têm junto à Polícia Militar.

Estamos vendo o orgulho nos olhares destas mulheres, sabendo que logo, logo, teremos uma coronel dentre vocês. E queremos estar juntos, com todos os deputados, agradecendo ao governador por sua autorização, aos coronéis que hoje ainda estão no comando, que estão sensibilizados por terem vocês lado a lado com eles, e que teremos o prazer de termos não só a anuência do governador ainda este mês, que vamos buscar isto com os demais deputados. Mas, sabemos junto ao líder do Governo, que a importância da velocidade da homologação do governador é muito importante, até para termos para o próximo ano as promoções que vocês merecem.

Por isto, a todos os parlamentares, Situação e Oposição, a Vossa Excelência, presidente Nelson Justus, sabemos o quanto é importante, mas queremos, logo, logo, uma coronel também, comandando o policiamento no nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Para Encaminhar)

Senhor presidente, nossos convidados hoje, aqui, presentes, membros da Polícia Militar do Estado do Paraná, quero apenas prestar uma homenagem não só às policiais da Polícia Militar do Estado do Paraná, manifestando o voto da nossa Bancada do Partido dos Trabalhadores apoiando o projeto que está sendo tramitado. Ele repara uma injustiça e iguala os direitos entre aqueles que são iguais e, mais do que isso, recebam isso como uma homenagem a esta brava instituição que só dá orgulho a nós paranaenses que é a Polícia Militar do Paraná.

Quem ganha com isso são as mulheres da polícia militar, são os homens da Polícia Militar e é o povo do Estado do Paraná.

Parabéns à Assembléia Legislativa! Parabéns a vocês!

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, apenas gostaria de dizer que a Bancada da Oposição vota à favor. É um compromisso que assumimos em nome da nossa Bancada com as lideranças femininas da Polícia Militar do Paraná. E, cumprir Vossa Excelência pela proposta que fez em favor dos músicos da Polícia Militar.

Conheço seu trabalho em favor da Polícia Militar há bastante tempo, porque em outras oportunidades atendendo um apelo do ex-governador Ney Braga, Vossa Excelência apresentou projetos nesta Casa em favor da Polícia Militar.

Lembro-me disso porque era presidente da Casa e naquela ocasião conduzimos todo o processo para que medidas fossem aprovadas em favor da Polícia Militar, dos farmacêuticos, dos bioquímicos, dos médicos veterinários, e também em favor das polícias militares femininas. Infelizmente, naquela oportunidade, talvez pela alteração do projeto inicial do governador Mário Pereira, talvez pelas emendas que colocadas, ele tenha se visto na obrigação e na eminência de vetar o projeto.

Mas, naquela oportunidade esta Casa já se colocou ao lado da Polícia Militar, já se colocou ao lado das reivindicações das policiais militares femininas e o presidente Nelson Justus, na condição de deputado estadual àquela época, já trabalhava em favor destas propostas.

Então, no dia de hoje nenhuma emenda será apresentada para que não modifiquemos o projeto que veio do governo do Estado e possamos ter a sanção deste projeto de lei e termos a lei beneficiando a todos vocês.

Cumprimento a todos e reconheço, em nome da Oposição, o merecimento que têm as policiais militares femininas do Paraná, até porque é uma luta com a qual estamos há muitos anos envolvidos.

A policial Iracema Mostaqui sempre foi pessoalmente ligada a nós, desde os tempos da Casa do estudante Universitário e em função desta amizade muitas e muitas

vezes este assunto foi, por nós, tratado, discutido e encaminhado.

Felizmente o dia de hoje marcará para todo o sempre a conquista que vocês merecem não de hoje, mas, de muitos anos atrás e que chega hoje com o engrandecimento que a Polícia Militar do Paraná, em seu todo, merecem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a discussão. Em votação. Senhores deputados que aprovam o projeto, permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.**

Há sobre a mesa um requerimento dos deputados Orlando Pessuti, Ricardo Chab, e outros constante do expediente, que requerem a dispensa de 3ª Discussão e Redação Final do Projeto de Lei n 336/2000, item 05 da Ordem do Dia. **Aprovado.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 303/98, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que institui a região metropolitana de Apucarana pelos municípios que especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J.. COM EMENDA DE PLENÁRIO. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Emenda - **Aprovada.**

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 328/2000, de autoria do deputado Algaci Tulio e outros, que autoriza o Poder Executivo a denominar o prédio da sede do governo estadual, como "Palácio Governador Ney Aminthas de Barros Braga". COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 101/2000, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a criar, no âmbito da Secretaria de Estado de Segurança Pública, a carreira de perito odontologista e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 101/2000
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, no âmbito da Secretaria Pública, a carreira de perito odontologista.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 09.11.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 100/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que dispõe sobre a criação do Instituto Paranaense de Geriatria e Gerontologia, como órgão integrante da Secretaria de Estado da Saúde. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 100/2000
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Instituto Paranaense de Geriatria e Gerontologia.

Art. 2º - O Instituto Paranaense de Geriatria e Gerontologia tem por finalidade, além de outras a serem definidas em decreto, a de implantar medidas visando:

a) programar a política de defesa dos interesses do idoso.

b) amparar os idosos, dando-lhes assistência e orientação quanto aos assuntos que lhe digam respeito;

c) adotar providências no sentido do deferimento ao idoso de um tratamento diferenciado, compatível com sua condição, por parte dos órgãos públicos e de entidades integrantes da administração, direta, indireta e fundacional, bem como por instituições de caráter privado, estabelecimentos comerciais e prestadores de serviço em geral.

Parágrafo Único - Para o cumprimento do disposto neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênios com entidades públicas e privadas.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta lei, estabelecendo a organização, as atividades e o funcionamento do Instituto Paranaense de Geriatria e Gerontologia.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações próprias consignadas no orçamento, suplementadas se necessário.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13.10.2000.

(aa) CESAR SELEME

Presidente e Relator

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, requerimento nº 2152, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, nós pedimos verificação de votação ao requerimento do deputado Edson Strapasson.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta Mesa defere e fará a verificação de votação.

Deputados que aprovam queiram levantar-se. **Aprovado.**

O SR. ALGACI TULIO

Nosso agradecimento ao líder do Governo, que entendeu que não se tratava de nada de tão extraordinário que não pudesse ser aprovado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está aprovado o requerimento.

Requerimento nº 2149, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** à Diretoria Legislativa.

Requerimento n 2161, de autoria dos senhores deputados Orlando Pessuti, Luiz Carlos Zuk, José Maria Ferreira e demais senhores deputados, constante do expediente de sessão anterior. Em Discussão.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Eu gostaria que este requerimento fosse encaminhado corretamente. Ele está encaminhado ao secretário da Fazenda e a Sanepar é ligada diretamente ao governador. Então que fosse encaminhado ao governador este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Procede a alegação de Vossa Excelência. Solicito aos deputados requerentes que providenciem outro para a sessão de amanhã.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, sou o autor do requerimento, acato a sugestão do deputado Valdir Rossoni e solicito que, com essa modificação, Vossa Excelência possa colocar em votação o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Na sessão de amanhã será colocado em votação o requerimento, da mesma maneira que não aceitei o do deputado Algaci Tulio.

Requerimento nº 2198, de autoria dos senhores deputados Algaci Tulio e Ricardo Chab, com apoio dos senhores deputados Luiz Fernandes da Silva Litro, Augustinho Zucchi, Ricardo Maia e demais senhores deputados, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2170, de autoria dos senhores deputados Ângelo Vanhoni, Edson Strapasson, Irineu Colombo e demais senhores deputados, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2175, 2177 e 2199-A, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2176, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2178 e 2179, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2182, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2186, de autoria do senhor deputado Fernando Ribas Carli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2188, de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2191, de autoria do senhor deputado Tiago Amorim Novaes, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2192 e 2193, de autoria do senhor deputado Ricardo Chab, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2181, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 2180, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. **Em Discussão.**

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, tenho um requerimento em seguida e na semana passada apresentei três requerimentos, tratava-se um da Copel, um da Secretaria da Fazenda e esse com relação a Casa Civil.

No atendimento que tive com o líder do Governo, ele me pediu que retirasse que ele traria as informações.

O deputado Valdir Rossoni me trouxe da Copel ontem, estou analisando o requerimento. Agora, que não vejo o porquê não aprovarmos esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perdão deputado, simplesmente pediu adiamento.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Sim, mas já foi pedido adiamento na sessão anterior. Nas 10 sessões anteriores.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não, senhor, Vossa Excelência está equivocado. Tem um carimbo.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Não estou, foi pedido inclusive para retirar. Fiz isso, agora não entendo o deputado Valdir Rossoni houve um entendimento e hoje, ele. Eu me submeto a aprovação.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, já que o deputado José Maria teve o direito da Questão de Ordem, gostaria de colocar a Vossa Excelência a nossa preocupação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Quero deixar muito claro, este requerimento já tem a sua discussão adiada para a sessão de amanhã. Agora se Vossas Excelências querem colocar sobre questionamento.

O SR. VALDIR ROSSONI

Como Vossa Excelência deu a Questão de Ordem para o deputado José Maria, gostaria de respondê-lo.

Senhor presidente, tenho como de costume na Liderança do Governo, quando entra algum requerimento peço para ser adiado esse requerimento para que possa ir em busca das informações e depois fornecer as informações.

Os requerimentos do deputado José Maria, pedi para ser adiado para que eu fosse em busca das informações, prova disso que as informações da Copel, forneci ao deputado José Maria no dia de ontem, estou aguardando as informações desse requerimento.

Porque se aprovarmos o requerimento temos que aguardar 30 dias, acredito que tenho condições de informar o deputado antecipadamente. Se por eventualidade não prestar essas informações à Vossa Excelência, é o acordo que fiz com o deputado José Maria, coloco em votação, será aprovado ou não pelo Plenário dessa Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A intenção da Mesa é bem clara ela quer fazer com que as coisas andem mais rápido.

O SR. JOSÉ MARIA

Não, com relação a isso aí, sim.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Requerimento nº 2195, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Antes que Vossa Excelência dê por encerrada essa sessão, quero em meu nome e da Bancada da Oposição agradecer aos deputados da Bancada do Governo, por terem dado aprovação ao requerimento que pede informações sobre os Jogos Mundiais da Natureza. Entendo que está é uma demonstração de que este Parlamento quer e busca esclarecimentos, como é o caso do deputado Chab e outros parlamentares, com referência a tarifa do pedágio.

Finalmente senhor presidente anunciar a todos, que o nosso ex-presidente Antonio Annibelli comemora aniversário.

Então o nosso cumprimento da Bancada da Oposição e de todos os deputados, pelo aniversário do deputado Antonio Annibelli.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Exatamente em homenagem ao deputado Antonio Annibelli, que nós fazemos entrar nesse recinto, neste instante a Miss Paraná, maringaense, que vem aqui para receber os cumprimentos de todos os senhores e o deputado Ricardo Maia fará saudação em nome dessa Assembléia.

Por gentileza a deputada Serafina entregue em nome desta Casa, a nossa Miss Paraná. Suspendo a sessão ao encerrá-la por alguns minutos para que os deputados possam cumprimentar a nossa Miss Paraná

Convido o deputado Ricardo Maia que fale em nome da Assembléia.

O SR. RICARDO MAIA

Senhor presidente, senhores deputados, amigos que nos visitam. Quero agradecer, senhor presidente, pela concessão de recebê-los aqui, a maringaense Tissiana Franco. Acadêmica de Agronomia da Universidade Estadual de Maringá e que, por muita honra nossa, como maringaense, bem como a deputada Serafina Carrilho também de Maringá, foi eleita esses últimos dias como a Miss Paraná e que irá representar o Estado do Paraná no Concurso Miss Brasil e futuramente o Concurso Miss Mundo. Levando para este Concurso Miss Brasil: a

beleza, a simpatia e a inteligência da mulher paranaense. Desejamos a Tissiana boa sorte e que Deus a ilumine.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra, a nossa Miss.

MISS PARANÁ - TISSIANA FRANCO

Primeiramente boa tarde a todos.

Não estava preparada para falar e não tenho nenhum discurso feito. Só queria agradecer pela recepção de vocês aqui e dizer que estou muito feliz de poder representar o nosso Estado no Concurso Miss Brasil e com certeza vou fazer isso com todas as minhas forças e tudo que estiver ao meu alcance.

E gostaria de aproveitar esta oportunidade e pedir também a ajuda de vocês, porque sozinha é muito difícil fazer as coisas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 16, às 10:00 horas, com seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 303/98.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 653, 437/99, 340, 374, 345 e 371/2000.

Levanta-se a sessão.

Atos da Diretoria Geral:

O diretor geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 135/2000

conceder, licença para tratamento de saúde, à servidora deste Poder Legislativo, JACINTA ELISA KROETZ FRANCISCO, de quinze dias (15), a partir de 12 de outubro de 2000. (CID.N.73.9).

(Prot. nº 10045/2000)

PORTARIA Nº 136/2000

conceder, licença para tratamento de saúde, à servidora deste Poder Legislativo, ANA MARIA ANTUNES, de trinta dias (30), a partir de 03.11.2000. (CID.298.9/0).

(Prot. nº 10044/2000)

PORTARIA Nº 137/2000

conceder, licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, ANA PAULA BORDINI ORASMO CORDEIRO, de cento e vinte dias (120), a partir de 19 de outubro de 2000. (CID.82.9).

(Prot. nº 10046/2000)

Gabinete da Diretoria Geral, em 14.11.2000.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

14ª LEGISLATURA

ATA DA 030ª SESSÃO

EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM

14 DE NOVEMBRO DE 2000

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Caíto Quintana, secretariada pelos senhores deputados Antonio Annibelli e Luiz Carlos Zuk.

Às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos, é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielese, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Não havendo expediente a ser lido, nem oradores inscritos.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 097/99, de autoria do deputado Cesar Seleme, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Coordenadoria Estadual para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE. COM PARECERES FAVORÁVELS DA C.C.J., C.D.H. E C.S.P.. **Aprovado (Publ. no D.A. nº 15, de 16.03.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 097/2000

P A R E C E R :

Parecer ao Projeto de Lei nº 097/2000, de autoria do deputado Cesar Seleme, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Coordenadoria Estadual para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e Constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 30.05.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS PROJETO DE LEI Nº 097/2000

P A R E C E R :

Para análise desta Comissão o Projeto de Lei nº 097/2000, de autoria do deputado Cesar Seleme, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Coordenadoria Estadual para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

Considerando que o projeto de lei em análise reveste-se de relevância social, ao objetivar a criação de um mecanismo de integração da pessoa portadora de deficiência, e considerando que a Comissão de Constituição e Justiça não encontrou óbice quanto à sua constitucionalidade, nosso Parecer é Favorável.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 06.06.2000.

(aa) EDSON PRACZYK - Presidente
PÉRICLES MELLO - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 097/2000

P A R E C E R :

Relatório

O Projeto de Lei em tela, de autoria do deputado Cesar Seleme, tem por finalidade, autorizar o Poder Executivo a instituir a Coordenadoria Estadual para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde.

Fundamentação

A proposição, já recebeu Parecer Favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Direitos Humanos. Chamada a opinar, esta Comissão de Saúde Pública, acompanha o parecer das Comissões supracitadas, manifestando o Parecer Favorável ao projeto de lei ora em análise.

Conclusão

Assim sendo, no âmbito desta Comissão Técnica, opinamos pela aprovação da matéria, manifestando o Parecer Favorável ao Projeto de Lei nº 097/2000.

Sala das Comissões, em 13.11.2000.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

ADEMIR BIER - Relator

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 179/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que torna obrigatória a realização de exame de surdez em crianças nascidas em hospitais públicos e instituições hospitalares que recebam verbas públicas do Estado. COM PARECERES FAVORÁVELS DA C.C.J. E C.S.P.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 070, de 05.06.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 179/2000

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Antonio Belinati, tem por finalidade tornar obrigatória a realização de exame de surdez em crianças nascidas em hospitais públicos e instituições hospitalares que recebam verbas públicas do Estado do Paraná;

Chamada esta Relatoria a se pronunciar sobre a legalidade, constitucionalidade e técnica legislativas, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis, sendo pois, nosso Parecer Favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 22.08.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 179/2000

P A R E C E R :**Relatório**

De autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, o presente plano de lei torna obrigatória a realização de exame de surdez em crianças nascidas em hospitais públicos e instituições hospitalares que recebam verbas públicas do Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a opinar, entende que a realização de exame de surdez em crianças nascidas em hospitais públicos e instituições hospitalares que recebam verbas públicas do Estado do Paraná, é de fundamental importância para o diagnóstico dos possíveis problemas que o recém nascido pode apresentar.

A realização do referido exame é essencial para detectar a tempo o problema e iniciar o respectivo tratamento, garantindo assim melhor qualidade de vida das crianças.

Conclusão

Assim sendo, no âmbito desta Comissão Técnica, conforme o disposto no artigo 33, § 10, do Regimento Interno, opinamos pela aprovação da matéria, através do Parecer Favorável ao Projeto de Lei nº 179/2000.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 13.11.2000.

(a) LUIZ ACCORSI - Presidente e Relator

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 226/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que institui a obrigatoriedade de mensagem aos portadores de deficiência auditiva na propaganda oficial destinada à prevenção de doenças. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. COM EMENDA MODIFICATIVA. PARECER FAVORÁVEL DA C.S.P. AO PROJETO E CONTRÁRIO À EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 089, de 27.06.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 226/2000

P A R E C E R :**Relatório**

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, tem por finalidade instituir a obrigatoriedade de mensagem aos portadores de deficiência auditiva na propaganda oficial destinada à prevenção de doenças.

Autuado em 08.08.2000, a proposição foi distribuída a esta Comissão Constituição e Justiça, para que seja examinada quanto aos aspectos constitucionais, legais e jurídicos, nos termos do § 2º, do artigo 33, do Regimento Interno.

Fundamentação

Tal iniciativa pretende instituir mensagens de campanhas destinadas à prevenção de doenças, promovidas pela administração direta, indireta ou fundacional do Estado, veiculadas na televisão, terão tradução simultânea para a língua brasileira de sinais - Libras. Procedida a análise, constatamos que a competência para legislar sobre a matéria cabe ao Poder Executivo, conforme o Art. 167 c/c Art. 87, inciso V, da Constituição Estadual, onde

se faz necessária a apresentação de Emenda Modificativa ao Art. 1º, a qual segue em anexo.

Conclusão

Pelo exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 226/2000, na forma da Emenda Modificativa apresentada.

Sala das Comissões, em 15.08.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 226/2000

O Art. 1º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a instituir campanhas de mensagens destinadas à prevenção de doenças, promovidas pela administração direta, indireta ou fundacional do Estado, veiculadas pela televisão e com tradução simultânea para a língua brasileira de sinais - Libras.

Sala das Comissões, em 15.06.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 226/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado Antonio Carlos Belinati, tem por objetivo instituir a obrigatoriedade de mensagem aos portadores de deficiência auditiva na propaganda oficial destinada à prevenção de doenças.

A matéria foi analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça e recebeu parecer favorável da referida comissão, mas na forma de uma emenda modificativa.

Esta comissão entende que a apresentação da referida emenda deturpa o objetivo inicial do projeto de lei apresentado. Este não tem a finalidade de autorizar a instituir campanha. O seu objetivo é que o governo, ao contratar propaganda institucional, passe a exigir a tradução dessas mensagens, também, em Libras. Sendo assim, apresentamos Parecer Favorável à proposição inicial e contra a emenda apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 13.11.2000.

(a) LUIZ ACCORSI

Presidente e Relator

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, apenas um esclarecimento, caso possa ser feito neste instante por Vossa Excelência, com referência ainda as emendas à Reforma da Constituição e do Regimento.

Confesso que Vossa Excelência se pronunciou neste Plenário, mas não tenho presente em minha memória a data em que poderemos iniciar as apresentações das emendas e a data em que termina esse prazo.

Então, gostaria que Vossa Excelência, se possível, nesta sessão ou de quinta-feira, nos informasse quanto as emendas à Reforma da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Informo a Vossa Excelência que aprovamos em Redação Final, inclusive, o deputado Nelson Justus, o presidente da Casa, já aprovou o Projeto de Resolução, está em publicação e no Regimento Interno da Revisão Constitucional consta o prazo: 45 dias para a votação do 1º turno, sendo que nos primeiros 30 dias está aberto o prazo para a apresentação de emendas dos senhores parlamentares. E nos 15 dias restantes para Parecer e votação em Plenário.

Portanto, temos, e confesso que não conferi se foi publicado no dia de ontem ou no dia de hoje no Diário Oficial, mas após a publicação do Projeto de Resolução no Diário Oficial passa a contar os 45 dias. Nos 30 dias iniciais será o prazo para a apresentação de emendas dos parlamentares e das entidades.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Só para comunicar aos senhores parlamentares que ~~a CPI do Combate ao Narcotráfico e do Crime Organizado~~ se reúne neste instante no Plenarinho da Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a sessão.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA ATA DA 119ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE NOVEMBRO DE 2000

(quinta-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Cesar Seleme e Tony Garcia.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Cesar Seleme, Nereu Moura e Tony Garcia (04). Achando-se ausentes os seguintes senhores deputados: Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho

Zucchi, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (50).

Verificada a inexistência de número legal, o senhor presidente deixou de abrir a presente sessão, conforme o disposto no artigo 88 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3½/2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 303/98.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 267, 437, 653/99, 340, 345, 371, 374/2000.

Levanta-se a sessão.